

# AUDIÊNCIA PÚBLICA

1º QUADRIMESTRE DE 2019

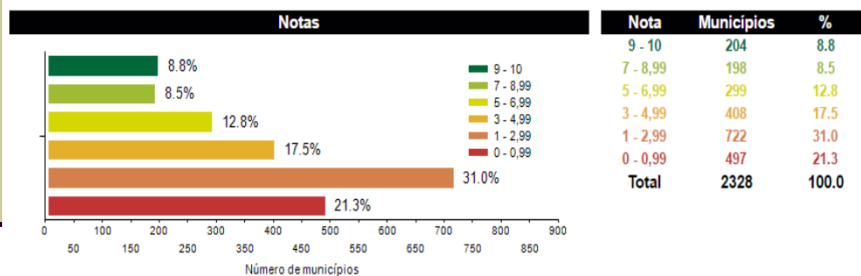
## DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

Apresentação: Ademir Valente - Contador

Legislação: Art. 9º § 4º e art. 48 da Lei Complementar Nº 101 de 04 de maio de 2000. Lei de Responsabilidade Fiscal

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A TRANSPARÊNCIA

### Panorama dos Governos Municipais Escala Brasil Transparente - 3.ª avaliação



**Dos 5.561 Municípios brasileiros, apenas 41,87% aderiram a pesquisa realizada pela Controladoria Geral da União - CGU**

## RANKING DA TRANSPARÊNCIA EM SANTA CATARINA

Posição	Município	Nota	Varição*
1	Agua Fria	10,00 =	0,00
	Apiúna	10,00 =	0,00
	Bom Jesus do Oeste	10,00	-
	Botuverá	10,00 ▲	+0,42
	Guabiruba	10,00	-
	Ilhota	10,00 ▲	+0,42
	Imbuia	10,00 =	0,00
	Joaçaba	10,00	-
	Laurentino	10,00 ▲	+2,22
	Luzerna	10,00 ▲	+0,56
	Marema	10,00	-
	Palmitos	10,00	-
	Papanduva	10,00 =	0,00
	Ponte Alta	10,00 ▲	+7,50
	Presidente Castello Branco	10,00 ▲	+4,17
	Presidente Getúlio	10,00 =	0,00
	Presidente Nereu	10,00	-
	Quilombo	10,00	-
	Rio dos Cedros	10,00 ▲	+0,28
	Vargeão	10,00 =	0,00
	Vidal Ramos	10,00 ▲	+3,89
	Vitor Meireles	10,00 =	0,00

69	Agua Doce	9,72 ▲	+4,86
	Benedito Novo	9,72	-
	Santa Rosa de Lima	9,72 ▲	+9,72
	Zortéa	9,72 ▲	+7,22
90	Ascurra	9,58 ▲	+4,16
	Celso Ramos	9,58 ▲	+9,58
	Fraiburgo	9,58	-
	Gaspar	9,58	-
	Ibicaré	9,58 ▲	+4,16
	Ipumirim	9,58	-
	Iraceminha	9,58 =	0,00
	Meleiro	9,58 ▲	+1,80
	Mirim Doce	9,58 ▲	+0,14
	Paraíso	9,58 ▲	+5,69
	Ponte Alta do Norte	9,58 ▲	+0,55
	Rio Negrinho	9,58	-
	Salitinho	9,58 =	0,00
	Salto Veloso	9,58 ▼	-0,42
	São João do Itaperiú	9,58 ▲	+2,22
	São João do Oeste	9,58	-
	São Lourenço do Oeste	9,58	-
	São Miguel da Boa Vista	9,58 ▼	-0,42
	Timbó	9,58	-
	Tunápolis	9,58 ▼	-0,42
	Videira	9,58 ▼	-0,42
146	Maravilha	9,30 ▲	+0,27

Rio do Oeste 2,77 - Rio do sul 6,11 -  
Blumenau 4,44 - Florianópolis 2,08

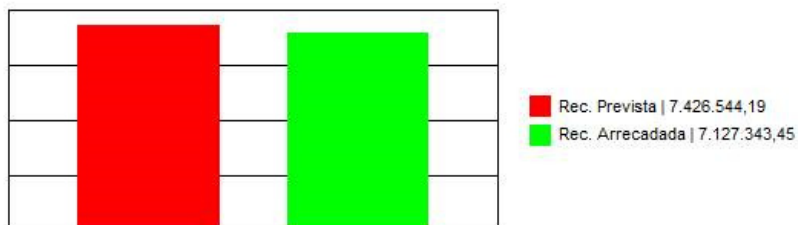
(24 municípios de SC com nota 10 –  
06 do Alto Vale)

Fonte:  
[https://relatorios.cgu.gov.br/Visualizador.aspx?id\\_relatorio=23](https://relatorios.cgu.gov.br/Visualizador.aspx?id_relatorio=23)

# ARRECADADAÇÃO



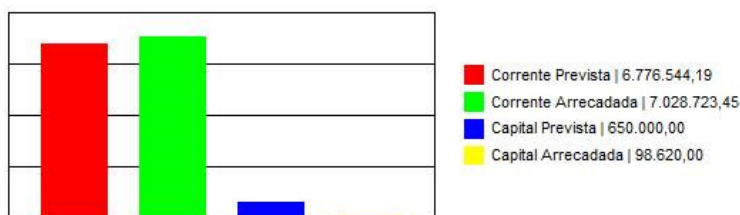
Avaliação das Metas de Arrecadação



Pelos dados acima apresentados, conclui-se que até o término do período analisado, o total da Receita Arrecadada, no montante de R\$. 7.127.343,45, ficou abaixo das Metas de Arrecadação Previstas, que estavam estimadas em R\$. 7.426.544,19.

Com relação ainda aos resultados apresentados, concluímos que o Déficit verificado no confronto da previsão com a arrecadação foi de R\$. 299.200,74.

Receitas por Categoria Econômica



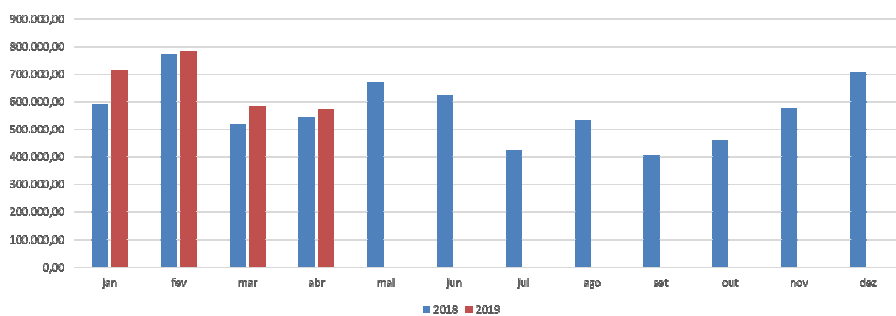
Para a Receita de Capital projetamos convênios com o Governo Federal e Estadual, visando a Execução dos seguintes Projetos: Construção de Centro de Educação Infantil R\$ 800.000,00; Construção de Canchas de Bochas R\$ 300.000,00; Construção da Estação de Tratamento e Canalização de Esgoto Sanitário R\$ 5.000.000,00; Constr. De Clínica de Fisioterapia R\$ 500.000,00; Construção de Ponte Mista R\$ 1.000.000,00; Construção de Centro de Eventos R\$ 1.000.000,00; Transf. Convênios União – Pavimentação de Ruas R\$ 500.000,00; Transf. Estado p/Assist. Social R\$ 10.000,00; Construção Abrigo Passageiros R\$ 120.000,00; Construção da Casa da Cultura R\$ 400.000,00.

A Receita de Capital Arrecadada está relacionada com o recebimento de recursos: Pavimentação da Rua Aldo Tambosi.

## COMPARATIVO DE ARRECAÇÃO 2018 e 2019

### FPM – Valor Bruto

Ano/mês	jan	fev	mar	abr	Total
2018	589.867,39	771.141,14	519.279,46	544.447,61	2.424.735,60
2019	712.854,55	783.028,06	586.286,84	571.987,33	2.654.156,78
<b>Diferença</b>	<b>122.987,16</b>	<b>11.886,92</b>	<b>67.007,38</b>	<b>27.539,72</b>	<b>229.421,18</b>
<b>Variação</b>	<b>20,84%</b>	<b>1,54%</b>	<b>12,90%</b>	<b>5,05%</b>	<b>9,46%</b>



CF ==> diz em seu 159, I, que a destinará 21,5% para o FPE e 24,5% (22,5% + 1% + 1%) para o FPM do total arrecadado IR + IPI.  
O Valor transferido toma por base a arrecadação líquida do IR e do IPI do decêndio anterior.

## DECISÃO NORMATIVA - TCU - ANEXO I

### FPM - COMPOSIÇÃO

#### EXERCÍCIO 2019

Denominação	Participação Percentual	
	Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR)	Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)
Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	22,5	22,5
Fundo de Participação dos Municípios (FPM)*	1,0	1,0
Fundo de Participação dos Municípios (FPM)**	1,0	1,0
<b>TOTAL</b>	<b>24,5</b>	<b>24,5</b>

Fonte: Constituição Federal, art. 159, inciso I, alíneas “b”, “d” e “e”.

\* Será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano (Emenda Constitucional 55, de 2007).

\*\* Será entregue no primeiro decêndio do mês de julho de cada ano (Emenda Constitucional 84, de 2014).

DECISÃO NORMATIVA - TCU Nº 157, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016

ANEXO IX  
FPM - INTERIOR - CÁLCULO DOS COEFICIENTES

**EXERCÍCIO 2017**

Estado: SC - SANTA CATARINA

Seq	Código IBGE	UF	Município	População (fonte: IBGE, ref. 01/07/2016)	CIFPM - Interior	Participação Relativa no Total do Estado
				A	B	C (B / tot.B) x 100
1	420005	SC	Abdon Batista	2.617	0,6	0,201748%
2	420010	SC	Abelardo Luz	17.782	1,2	0,403497%
3	420020	SC	Agrolândia	10.427	0,8	0,268998%
4	420030	SC	Agronômica	5.371	0,6	0,201748%
5	420040	SC	Água Doce	7.143	0,6	0,201748%
6	420050	SC	Águas de Chapecó	6.412	0,6	0,201748%
7	420055	SC	Águas Frias	2.397	0,6	0,201748%
141	420920	SC	Lacerdópolis	2.249	0,6	0,201748%
142	420930	SC	Lages	158.620	4,0	1,344990%
143	420940	SC	Laguna	44.982	2,0	0,672495%
144	420945	SC	Lajeado Grande	1.461	0,6	0,201748%
145	420950	SC	Laurentino	6.694	0,6	0,201748%
146	420960	SC	Lauro Müller	15.073	1,0	0,336247%
147	420970	SC	Lebon Régis	12.119	0,8	0,268998%
148	420980	SC	Leoberto Leal	3.179	0,6	0,201748%
149	420985	SC	Lindóia do Sul	4.630	0,6	0,201748%
150	420990	SC	Lontras	11.584	0,8	0,268998%



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

DECISÃO NORMATIVA - TCU Nº 162, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Aprova, para o exercício de 2018, os coeficientes a serem utilizados no cálculo das quotas para a distribuição dos recursos previstos no art. 159, inciso I, alíneas "b", "d" e "e", da Constituição Federal e da Reserva instituída pelo Decreto-Lei 1.881, de 27 de agosto de 1981.

DECISÃO NORMATIVA - TCU - ANEXO IX  
FPM - INTERIOR - CÁLCULO DOS COEFICIENTES

**EXERCÍCIO 2018**

Estado: SC - SANTA CATARINA

Seq	Código IBGE	UF	Município	População (fonte: IBGE, ref. 01/07/2017)	CIFPM - Interior	Participação Relativa no Total do Estado
				A	B	C (B / tot.B) x 100
1	420005	SC	Abdon Batista	2.604	0,6	0,201207%
2	420010	SC	Abelardo Luz	17.847	1,2	0,402414%
3	420020	SC	Agrolândia	10.581	0,8	0,268276%
4	420030	SC	Agronômica	5.437	0,6	0,201207%
143	420940	SC	Laguna	45.311	2,0	0,670691%
144	420945	SC	Lajeado Grande	1.453	0,6	0,201207%
145	420950	SC	Laurentino	6.790	0,6	0,201207%
146	420960	SC	Lauro Müller	15.149	1,0	0,335345%
147	420970	SC	Lebon Régis	12.133	0,8	0,268276%
148	420980	SC	Leoberto Leal	3.140	0,6	0,201207%
149	420985	SC	Lindóia do Sul	4.615	0,6	0,201207%
150	420990	SC	Lontras	11.774	0,8	0,268276%
151	421000	SC	Luiz Alves	12.413	0,8	0,268276%
152	421003	SC	Luzerna	5.705	0,6	0,201207%

DECISÃO NORMATIVA - TCU Nº 171, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018  
(Revogada) (Decisão Normativa-TCU nº 173, de 4/1/2019, BTCU Especial nº 2/2019, DOU de 7/1/2019)

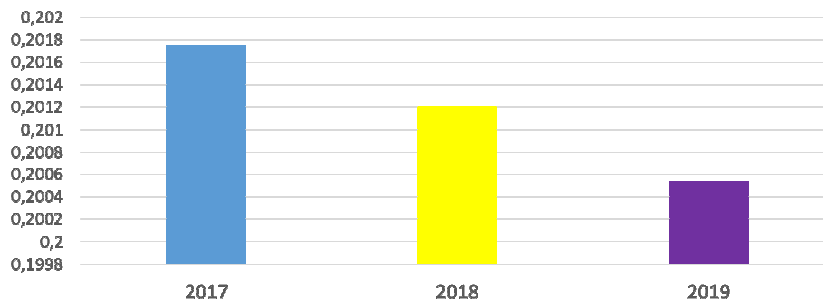
Aprova, para o exercício de 2019, os coeficientes a serem utilizados no cálculo das quotas para a distribuição dos recursos previstos no art. 159, inciso I, alíneas "b", "d" e "e", da Constituição Federal e da Reserva instituída pelo Decreto-Lei 1.881, de 27 de agosto de 1981.

DECISÃO NORMATIVA - TCU - ANEXO IX  
FPM - INTERIOR - CÁLCULO DOS COEFICIENTES

EXERCÍCIO 2019

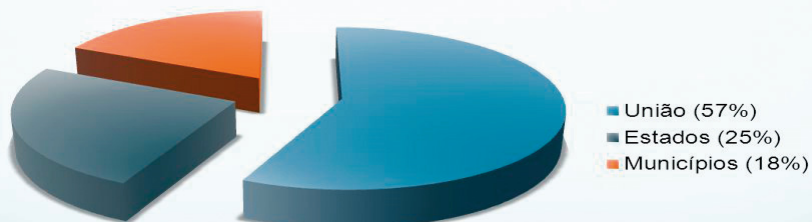
Estado: SC - SANTA CATARINA						
Seq	Código IBGE	UF	Município	População (fonte: IBGE, ref. 01/07/2018)	CIFPM - Interior	Participação Relativa no Total do Estado
				A	B	C (B / tot.B) x 100
1	420005	SC	Abdon Batista	2.577	0,6	0,200535%
2	420010	SC	Abelardo Luz	17.847	1,2	0,401070%
3	420020	SC	Agrolândia	10.711	0,8	0,267380%
4	420030	SC	Agronômica	5.385	0,6	0,200535%
145	420950	SC	Laurentino	6.875	0,6	0,200535%
215	421450	SC	Rio do Campo	5.979	0,6	0,200535%
216	421460	SC	Rio do Oeste	7.456	0,6	0,200535%
217	421480	SC	Rio do Sul	70.100	2,4	0,802139%

INDICE DO FPM



2016	2017	Variação	2018	Variação	2019	Variação
0,202566	0,201748	-0,41%	0,201207	-0,27%	0,200535	-0,34%

## Divisão do bolo tributário



- SUÉCIA ..... 72% (MUNICÍPIOS)
- EUROPA ..... 40 A 60% ( “ “ “ )

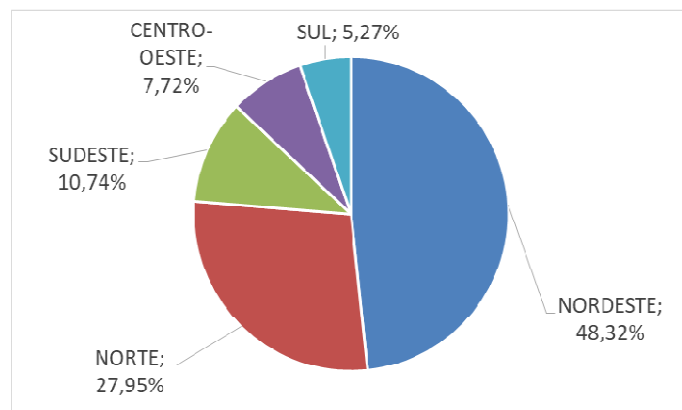
DECISÃO NORMATIVA - TCU - ANEXO I FPE - COEFICIENTES INDIVIDUAIS DE PARTICIPAÇÃO EXERCÍCIO 2017			DECISÃO NORMATIVA - TCU - ANEXO I FPE - COEFICIENTES INDIVIDUAIS DE PARTICIPAÇÃO EXERCÍCIO 2018		
UF	Unidade da Federação	Participação (%)	UF	Unidade da Federação	Participação
AC	Acre	3,822928	AC	Acre	3,957867%
AL	Alagoas	4,905453	AL	Alagoas	4,743864%
AM	Amazonas	4,392167	AM	Amazonas	4,622898%
AP	Amapá	3,285913	AP	Amapá	3,545446%
BA	Bahia	8,431341	BA	Bahia	8,405904%
CE	Ceará	6,601101	CE	Ceará	6,439126%
DF	Distrito Federal	0,658569	DF	Distrito Federal	0,651588%
ES	Espírito Santo	2,325551	ES	Espírito Santo	2,402764%
GO	Goiás	2,982847	GO	Goiás	3,216283%
MA	Maranhão	6,905220	MA	Maranhão	6,622498%
MG	Minas Gerais	4,388371	MG	Minas Gerais	5,006974%
MS	Mato Grosso do Sul	2,150942	MS	Mato Grosso do Sul	1,532879%
MT	Mato Grosso	2,259878	MT	Mato Grosso	2,317860%
PA	Pará	6,359459	PA	Pará	6,365630%
PB	Paraíba	4,316002	PB	Paraíba	4,420762%
PE	Pernambuco	6,059199	PE	Pernambuco	6,181361%
PI	Piauí	4,201613	PI	Piauí	4,292644%
PR	Paraná	2,719999	PR	Paraná	2,446038%
RJ	Rio de Janeiro	2,843958	RJ	Rio de Janeiro	2,682276%
RN	Rio Grande do Norte	3,886976	RN	Rio Grande do Norte	3,657366%
RO	Rondônia	3,485324	RO	Rondônia	3,415170%
RR	Roraima	2,293863	RR	Roraima	2,439443%
RS	Rio Grande do Sul	1,218587	RR	Roraima	2,439443%
SC	Santa Catarina	1,229776	RS	Rio Grande do Sul	1,371862%
SE	Sergipe	3,712349	RO	Rondônia	3,415170%
SP	São Paulo	1,046804	RR	Roraima	2,439443%
TO	Tocantins	3,515808	RS	Rio Grande do Sul	1,371862%
	<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>	SC	Santa Catarina	1,455570%
			SE	Sergipe	3,554382%
			SP	São Paulo	0,651588%
			TO	Tocantins	3,599997%
			<b>TOTAL</b>	<b>TOTAL</b>	<b>100,000000%</b>

### ORDEM DE PARTICIPAÇÃO NO FPE -2017 e 2018

ESTADO	2017	POSIÇÃO	2018	POSIÇÃO
BAHIA	8,431341	1º	8,405904	1º
MARANHÃO	6,90522	2º	6,622498	2º
CEARÁ	6,601101	3º	6,439126	3º
PARÁ	6,359459	4º	6,365630	4º
PERNAMBUCO	6,059199	5º	6,181361	5º
ALAGOAS	4,905453	6º	4,743864	7º ↓
AMAZONAS	4,392167	7º	4,622898	8º ↓
MINAS GERAIS	4,388371	8º	5,006974	6º ↑
PARAÍBA	4,316002	9º	4,420762	9º
PIAUI	4,201615	10º	4,292604	10º
RIO GRANDE DO NORTE	3,886976	11º	3,657366	12º ↓
ACRE	3,822928	12º	3,957867	11º ↑
SERGIPE	3,712349	13º	3,554382	14º ↓
TOCANTINS	3,515808	14º	3,599997	13º ↑
RONDÔNIA	3,485324	15º	3,415170	16º ↓
AMAPÁ	3,285913	16º	3,545446	15º
GOIÁS	2,982847	17º	3,216283	17º
RIO DE JANEIRO	2,843958	18º	2,682276	18º
PARANÁ	2,719999	19º	2,446038	19º
ESPÍRITO SANTO	2,325551	20º	2,402764	21º ↓
RORAIMA	2,293863	21º	2,439443	20º ↑
MATO GROSSO	2,259878	22º	2,317860	22º
MATO GROSSO DO SUL	2,150942	23º	1,532879	23º
SANTA CATARINA	1,229776	24º	1,455570	24º
RIO GRANDE DO SUL	1,218587	25º	1,371862	25º
SÃO PAULO	1,046804	26º	0,651588	26º
DISTRITO FEDERAL	0,658569	27º	0,651588	26º
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>		<b>100,00</b>	

### DISTRIBUIÇÃO POR REGIÕES - 2018

REGIÃO	%
NORDESTE	48,32%
NORTE	27,95%
SUDESTE	10,74%
CENTRO-OESTE	7,72%
SUL	5,27%
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>





## Arrecadação de impostos federais e transferência de recursos em **2015**

### REGIÃO SUL

ESTADO	ARRECADAÇÃO	RETORNO	DIFERENÇA	% RETORNO
Paraná	60.604.844.828	13.357.251.992	-47.247.592.836	22%
Santa Catarina	46.219.590.989	7.675.821.807	-38.543.769.183	17%
Rio Grande do Sul	60.932.105.275	13.156.588.474	-47.775.516.802	22%
<b>TOTAL</b>	<b>167.756.541.093</b>	<b>34.189.662.272</b>	<b>-133.566.878.820</b>	<b>20%</b>

## Arrecadação de impostos federais e transferência de recursos em **2016**

### REGIÃO SUL

ESTADO	ARRECADAÇÃO	RETORNO	DIFERENÇA	% RETORNO
Paraná	61.649.557.708	16.527.079.515	-45.122.478.193	26,81%
Santa Catarina	45.790.939.765	9.386.560.300	-36.404.379.465	20,50%
Rio Grande do Sul	63.230.128.053	15.694.553.127	-47.535.574.926	24,82%
<b>TOTAL</b>	<b>170.670.625.526</b>	<b>41.608.192.942</b>	<b>-129.062.432.584</b>	<b>24,38%</b>

## Arrecadação de impostos federais e transferência de recursos em **2017**

### REGIÃO SUL

ESTADO	ARRECADAÇÃO	RETORNO	DIFERENÇA	% RETORNO
Paraná	63.688.234.737	16.819.055.571	-46.869.179.166	26,41%
Santa Catarina	50.323.934.457	9.381.736.315	-40.942.198.142	18,64%
Rio Grande do Sul	68.314.311.987	15.753.942.860	-52.560.369.127	23,06%
<b>TOTAL</b>	<b>182.326.481.181</b>	<b>41.954.734.745</b>	<b>-140.371.746.435</b>	<b>23,01%</b>

Fonte: <https://www.sullivre.org>

## ARRECAÇÃO E RETORNO POR ESTADO EM 2017

### BRASIL

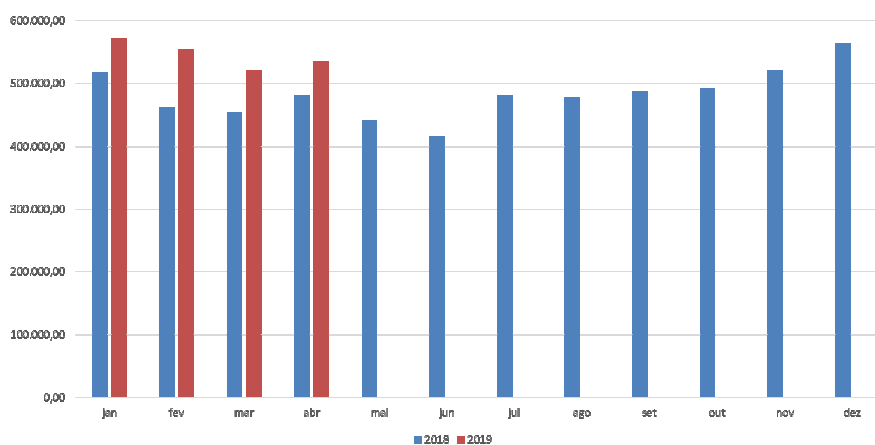
ESTADO	ARRECADAÇÃO	RETORNO	DIFERENÇA	% RETORNO
Acre	1.365.952.335,54	4.241.949.711,18	2.875.997.376	310,55%
Alagoas	4.443.572.163,51	9.348.296.178,39	4.904.724.015	210,38%
Amazonas	13.958.975.070,61	7.842.912.999,21	-6.116.062.071	56,19%
Amapá	1.216.009.290,14	3.790.387.616,86	2.574.378.327	311,71%
Bahia	28.799.082.841,77	31.805.920.278,14	3.006.837.436	110,44%
Ceará	19.569.301.664,93	19.971.790.003,70	402.488.339	102,06%
Distrito Federal	119.316.489.191,70	6.877.454.413,65	-112.439.034.778	5,76%
Espírito Santo	18.077.984.545,64	7.678.898.262,80	-10.399.086.283	42,48%
Goiás	17.180.142.138,48	10.234.005.332,41	-6.946.136.806	59,57%
Maranhão	8.045.403.698,52	18.848.718.701,77	10.803.315.003	234,28%
Minas Gerais	73.692.214.667,89	31.263.491.993,00	-42.428.722.675	42,42%
Mato Grosso do Sul	7.671.666.876,35	5.335.535.756,08	-2.336.131.120	69,55%
Mato Grosso	10.214.752.965,86	6.592.520.002,81	-3.622.232.963	64,54%
Pará	11.103.183.621,46	18.078.941.222,17	6.975.757.601	162,83%
Paraíba	6.516.848.870,93	10.932.933.212,19	4.416.084.341	167,76%
Pernambuco	24.700.237.257,80	18.916.574.858,24	-5.783.662.400	76,58%
Piauí	4.225.879.361,53	10.293.391.201,87	6.067.511.840	243,58%
Paraná	63.688.234.736,91	16.819.055.570,68	-46.869.179.166	26,41%
Rio de Janeiro	221.855.586.661,56	25.730.303.501,66	-196.125.283.160	11,60%
Rio Grande do Norte	5.922.272.861,62	9.226.120.908,24	3.303.848.047	155,79%
Rondônia	3.205.691.870,93	4.416.316.802,32	1.210.624.931	137,76%
Roraima	1.210.004.516,82	3.248.129.830,93	2.038.125.314	268,44%
Rio Grande do Sul	68.314.311.986,80	15.753.942.859,92	-52.560.369.127	23,06%
Santa Catarina	50.323.934.457,07	9.381.736.314,89	-40.942.198.142	18,64%
Sergipe	4.241.392.404,88	6.859.281.545,90	2.617.889.141	161,72%
São Paulo	551.240.959.040,49	43.642.744.082,80	-507.598.214.958	7,92%
Tocantins	2.307.587.249,88	6.476.957.952,01	4.169.370.702	280,68%
<b>TOTAL</b>	<b>1.342.407.672.350</b>	<b>363.608.311.114</b>	<b>-978.799.361.236</b>	<b>27,09%</b>

Fonte: Arrecadação  
<http://dg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/arrecadacao-por-estado/arrecadacao-uf-2017>  
 Transferência de recursos (retorno)  
<http://www.portaltransparencia.gov.br/PortalTransparenciaListaUFs.asp?Exercicio=2017>

A LC 143/2013 extinguiu a divisão do FPE em 85% para as regiões N, NE e CO e 15% para S e SE, mantendo todavia os atuais coeficientes de repartição válidos até 31 de dezembro de 2015 (art. 2º, inciso I), ou seja, por cerca de mais dois anos e meio; depois dessa data passa a vigorar nova regra que, em síntese, é a seguinte: **a) a partir de 1º de janeiro de 2016 haverá dois critérios de distribuição: o primeiro, aplicado sobre o aporte de FPE que o Estado recebeu no correspondente decêndio do exercício de 2015 corrigido pela variação acumulada do IPCA e pelo percentual equivalente a 75% da variação real do PIB do ano anterior ao ano considerado para base de cálculo (art. 2º, inciso II); o segundo, sobre o montante que exceder ao valor calculado anteriormente;** b) o primeiro critério mantém os atuais percentuais de partilha do FPE para a fração correspondente; c) o segundo critério determina que a parcela excedente (se houver) será distribuída proporcionalmente a coeficientes individuais de participação obtidos com base na combinação de fatores representativos da população (estes limitados à faixa de 0,012 a 0,07) e do inverso da renda domiciliar per capita da UF (art. 2º, inciso III); d) a soma dos fatores representativos da população e a soma dos fatores representativos do inverso da renda domiciliar per capita participarão cada uma com 50% no coeficiente final da UF (art. 2º, inciso III, § 1º, inciso I); e) os coeficientes individuais de participação das UFs cujas rendas domiciliares per capita excederem a 72% da renda domiciliar per capita nacional serão reduzidos proporcionalmente ao excesso apurado, observado que nenhuma entidade beneficiária poderá ter coeficiente individual de participação inferior a 0,005 (art. 2º, inciso III, § 1º, inciso III); f) para efeito desses cálculos, serão considerados os valores censitários ou as estimativas mais recentes da população e da renda domiciliar per capita publicados pela entidade federal competente.

## ICMS

Ano/mês	jan	fev	mar	abr	Total
2018	517.692,82	460.770,17	454.638,19	480.969,78	1.914.070,96
2019	571.282,35	554.766,74	521.362,76	534.775,97	2.182.187,82
<b>Diferença</b>	<b>53.589,53</b>	<b>93.996,57</b>	<b>66.724,57</b>	<b>53.806,19</b>	<b>268.116,86</b>
<b>Variação</b>	<b>+10,35%</b>	<b>+20,39%</b>	<b>+14,67%</b>	<b>+11,18%</b>	<b>+14,00%</b>



### Valor adicionado e índice de participação

O ICMS - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação é o principal imposto de competência estadual. Vinte e cinco por cento (25%) da arrecadação do ICMS retorna aos municípios de acordo com seu índice de participação.

O índice de participação dos municípios no produto da arrecadação do ICMS é formado pelo somatório resultante:

- a) Do rateio de 15% (quinze por cento) em partes iguais entre todos os municípios do Estado; e
- b) Da participação do município no valor adicionado em relação ao valor adicionado do Estado, considerando-se a média dos dois últimos anos e peso equivalente a 85% (oitenta e cinco por cento).

O valor adicionado corresponde às saídas, deduzidas as entradas ocorridas no território de cada município, durante o ano civil.

É componente principal (85%) para formação do Índice de retorno do ICMS ao município. É apurado anualmente para cada município e com base no movimento econômico (vendas das empresas, vendas da produção agropecuária, consumo de energia elétrica, serviços de telecomunicação) ocorrido no município.

O valor adicionado corresponderá, em cada ano civil, para cada Município (Port. SEF 233/2012):

#### Alguns Exemplos

I – nas hipóteses de operações ocorridas sob o regime de tributação "normal" (apuração pela diferença entre débitos e créditos), ao valor da mercadoria saída, acrescido do valor das prestações de serviços, no seu território, deduzido o valor das mercadorias entradas;

II – nas hipóteses de tributação simplificada a que se refere o parágrafo único do art. 146 da Constituição Federal, e, em outras situações, em que se dispensem os controles de entrada, ao percentual de 32% (trinta e dois por cento) da receita bruta;

III – nas hipóteses de prestação de serviços de transporte, ao valor das operações de saídas deduzido 20% (vinte por cento) a título de entradas para execução do serviço de transporte intermunicipal e interestadual (RICMS, Anexo 2, art. 25); [...]

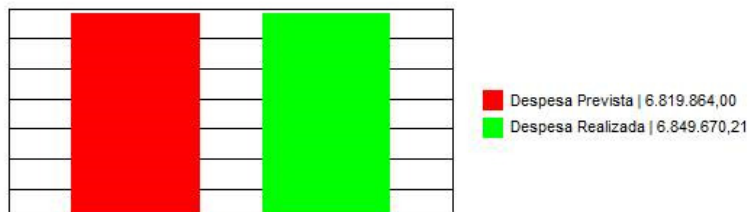
Município	Base: 2014 - Retorno: 2016			Base: 2015 - Retorno: 2017			Base: 2016 - Retorno: 2018			
	V.A	Índice	Pos	V.A	Índice	Pos	V.A	Índice	Var	Pos
AGROLANDIA	165.221.676	0,13560	9	157.909.562	0,13507	9	152.317.296	0,12696	-6,0%	11
AGRONOMICA	77.958.698	0,09371	19	84.426.944	0,09312	20	80.952.522	0,09143	-1,8%	20
ATALANTA	61.340.528	0,08449	21	61.364.796	0,08281	23	50.565.387	0,07839	-5,3%	24
AURORA	76.808.087	0,08985	20	96.606.204	0,09592	19	104.493.806	0,10007	4,3%	18
BRACO DO TROMBUDO	104.513.662	0,10418	16	107.018.419	0,10594	17	99.180.703	0,10148	-4,2%	19
CHAPADAO DO LAGEADO	42.164.441	0,07379	25	45.950.219	0,07378	25	50.450.497	0,07444	0,9%	25
DONA EMMA	48.317.765	0,07647	24	56.262.074	0,07805	24	64.295.139	0,08033	2,9%	23
IBIRAMA	206.751.047	0,15692	7	221.153.565	0,16224	7	214.248.041	0,15766	-2,8%	7
IMBUIA	119.458.040	0,11609	12	135.801.576	0,11726	12	135.655.444	0,11740	0,1%	12
ITUOPORANGA	425.987.459	0,27356	2	441.929.036	0,27686	2	477.203.603	0,27583	-0,4%	2
JOSE BOITEUX	34.389.189	0,06944	27	42.140.285	0,07074	27	44.665.074	0,07210	1,9%	27
LAURENTINO	99.454.354	0,10365	18	111.524.109	0,10574	16	121.024.508	0,10776	1,9%	15
LONTRAS	106.749.924	0,10058	15	113.656.175	0,10823	15	118.300.404	0,10767	-0,5%	16
MIRIM DOCE	39.207.945	0,07192	26	43.438.832	0,07235	26	48.485.136	0,07333	1,4%	26
PETROLANDIA	108.929.896	0,10777	13	116.835.890	0,10962	14	124.604.847	0,10996	0,3%	13
POUSO REDONDO	325.203.823	0,21995	4	369.359.874	0,23155	4	401.816.545	0,23958	3,5%	4
PRESIDENTE GETULIO	379.701.435	0,24958	3	399.012.764	0,25360	3	404.293.978	0,24773	-2,3%	3
PRESIDENTE NEREU	26.999.116	0,06547	28	23.775.965	0,06409	28	22.471.481	0,06220	-3,0%	28
RIO DO CAMPO	100.438.962	0,10549	17	104.255.605	0,10415	18	123.173.698	0,10641	2,2%	14
RIO DO OESTE	140.397.158	0,12223	10	152.547.230	0,12710	10	176.004.009	0,13116	3,2%	9
RIO DO SUL	1.406.330.395	0,77278	1	1.341.807.108	0,76711	1	1.335.569.062	0,70728	-7,8%	1
SALETE	135.673.134	0,11826	11	142.703.851	0,12333	11	160.245.913	0,12494	1,3%	10
SANTA TEREZINHA	107.134.725	0,10854	14	118.455.876	0,10955	13	117.666.273	0,10874	-0,7%	17
TAIO	322.578.216	0,22599	5	335.028.985	0,22209	5	385.842.559	0,22707	2,2%	5
TROMBUDO CENTRAL	199.483.773	0,15539	8	190.236.118	0,15242	8	205.426.802	0,14769	-3,1%	8
VIDAL RAMOS	238.653.797	0,17940	6	266.854.821	0,18238	6	282.695.665	0,18541	1,7%	6
VITOR MEIRELES	58.334.525	0,08112	22	61.745.101	0,08211	22	65.737.396	0,08206	-0,1%	22
WITMARSUM	52.033.389	0,07958	23	62.997.371	0,08075	21	73.147.729	0,08412	4,2%	21
	5.210.215.158	4,14180		5.404.818.355	4,18797		5.640.533.518	4,12920		

Var : variacao do indice de um ano para outro, Pos : Colocacao do municipio em relacao aos demais municipios.



## DESPESAS

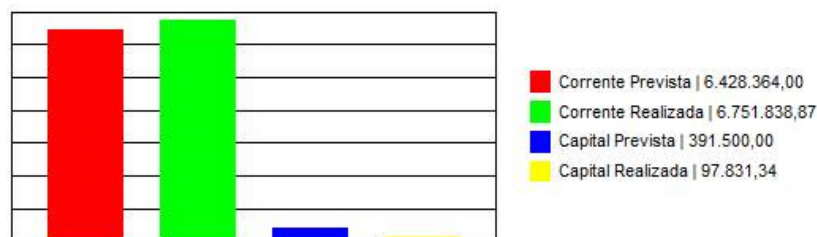
Acompanhamento das Metas de Desembolso



Pelos dados acima apresentados, conclui-se que até o término do período analisado, o município não cumpriu o Artigo 8º, da LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo em vista que o total da Despesa Realizada, no montante de R\$. 6.849.670,21, ficou ACIMA das Despesas Previstas para o período, que estavam estimadas em R\$. 6.819.864,00.

Com relação ainda aos resultados apresentados, concluímos que para cada R\$. 1,00 (um real) de Despesa Prevista, o município contraiu R\$. 1,00. Isto significa dizer que a Despesa ficou 0,44 % ACIMA da previsão estimada para o período.

Despesa por Categoria Econômica

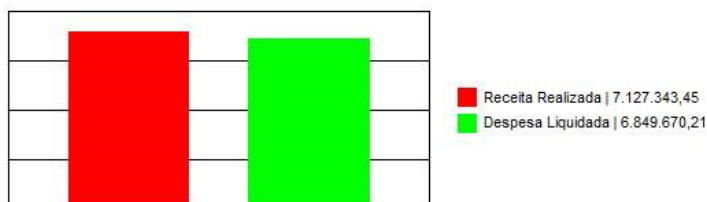


O gráfico acima, representa o comportamento de cada uma das categorias de Despesa, que são divididas em Despesas Correntes e Despesas de Capita.

**DESPESAS DE CAPITAL:** Nobreak e Ar Condicionado para a Câmara de Vereadores, Pavimentação com Concreto na Estrada Geral Serra Laurentino, Escada 02 degraus, Otoscópios, Centrífuga de Roupas, Purificador de Água, Ventiladores, Bebedouro, Forno Elétrico, Microondas, Fogão a Gás, Livros, Controle Eletrônico de Abertura para Portão CEI Ciranda dos Sonhos, TV, Drone, Sistema de Sonorização CEI Cirando dos Sonhos, Aparelhos de Ar Condicionados, Roçadeiras, Motosserra, Impressora, 04 Notebooks Educação, 01 Relógio Ponto, Impressora Multifuncional, 01 Microcomputador, 02 Armários de Aço, Balcão em MDF CEI Ciranda dos Sonhos, 02 Cadeira Giratória Sec. Educação e Escola Honorata, Aparelho Som Caminhão placas MLM 8463, Campanha de Alarme Escolha Honorata e 02 Conjuntos Bandeiras para os CEIs e Amortização da Dívida Fundada.

## RECEITA X DESPESA

Confronto da Receita X Despesa



O confronto das Receitas Arrecadadas com as Despesas Liquidadas no período apresenta valores positivos, ou seja, existe planejamento para manutenção do equilíbrio financeiro. Enquanto as receitas do período registram a cifra de R\$. 7.127.343,45, as despesas contabilizam a soma de R\$. 6.849.670,21, proporcionado um superávit de R\$. 277.673,24.

Os números apontam que houve frustração de receita, ou seja, a receita arrecadada ficou abaixo do que havia sido previsto para o período. No entanto, a Despesa realizada está abaixo da receita arrecadada. Como a situação é de equilíbrio, não se faz necessário a limitação de empenho e/ou contingenciamento de despesa, na forma de que trata o Artigo 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

### COMPARATIVO RECEBIMENTO DE IPTU

Imposto Predial e Territorial

ANO	VALOR R\$	Variação	
2014	172.916,44	0,00	0,00%
2015	187.158,15	14.241,71	8,24%
2016	234.063,82	46.905,67	25,06%
2017	261.676,73	27.612,91	11,80%
2018	280.828,70	19.151,97	7,32%

### COMPARATIVO RECEBIMENTO DE SERVIÇOS AGRICULTURA

ANO	VALOR R\$	Variação	
2013	37.026,00	0,00	0,00%
2014	41.363,00	4.337,00	11,71%
2015	25.974,02	-15.388,98	-37,20%
2016	24.917,33	-1.056,69	-4,07%
2017	18.882,00	-6.035,33	-24,22%
2018	42.798,51	23.916,51	126,66%
2019	2.182,50	-40.616,01	-94,91%

### COMPARATIVO RECEBIMENTO DE TAXAS NO CARNE DO IPTU

Tx Iluminação Pública - Tx Serviços Urbanos, Preço Público e Tx Serv. Administrativo

ANO	VALOR R\$	Variação	
2014	85.592,22	0,00	0,00%
2015	92.696,36	7.104,14	8,30%
2016	83.297,76	-9.398,60	-10,14%
2017	92.227,73	8.929,97	10,72%
2018*	141.251,03	49.023,30	53,15%

Obs: Foi cobrado o valor de R\$ 45.979,04 ref. a Taxa de Serviço sobre o carne da Coleta de Lixo

### COMPARATIVO RECEBIMENTO DE TAXA COLETA DE LIXO

ANO	VALOR R\$	Variação	
2014	108.632,03	0,00	0,00%
2015	120.229,62	11.597,59	10,68%
2016	107.643,01	-12.586,61	-10,47%
2017	122.676,03	15.033,02	13,97%
2018	203.140,25	80.464,22	55,11%

### RESUMO GERAL

ANO	IPTU (Imp. Predial e Territorial)	Taxas do IPTU e Coleta de Lixo	Taxa Coleta de Lixo	Total	Diferença	Varição
2014	172.916,44	85.592,22	108.632,03	367.140,69	0	0
2015	187.158,15	92.696,36	120.229,62	400.084,13	32.943,44	8,97%
2016	234.063,82	83.297,76	107.643,01	425.004,59	24.920,46	6,23%
2017	261.676,73	92.227,73	122.676,03	476.580,49	51.575,90	12,14%
<b>2018</b>	<b>280.828,70</b>	<b>141.251,03</b>	<b>203.140,25</b>	<b>625.219,98</b>	<b>148.639,49</b>	<b>31,19%</b>

### Comparativo de Receita Própria dos Municípios em relação ao total das RECEITAS CORRENTES Arrecadadas

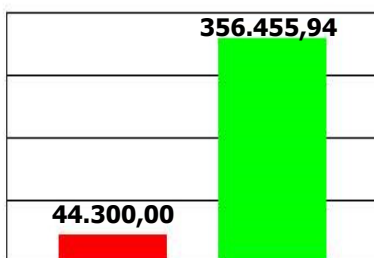
Município	2016			2017			2018		
	Total Receita Corrente	Receita Tributária / Própria	%	Total Receita Corrente	Receita Tributária / Própria	%	Total Receita Corrente	Receita Tributária / Própria	%
Agronômica	16.141.076,66	1.685.970,73	10,45%	17.078.910,59	1.768.318,25	10,35%	18.574.100,34	2.022.387,45	10,89%
Laurentino	16.984.232,97	1.454.140,27	8,56%	18.233.862,98	1.544.480,47	8,47%	20.401.917,33	1.951.944,49	9,57%
Lontras	28.409.618,92	2.902.799,71	10,22%	29.391.456,53	3.134.002,68	10,66%	31.442.391,60	3.394.967,98	10,80%
Rio do Oeste	18.602.723,14	2.041.327,53	10,97%	20.027.538,08	2.182.976,56	10,90%	22.830.498,02	2.581.294,66	11,31%
Trombudo Central	20.288.683,73	1.898.621,85	9,36%	22.025.749,31	2.031.673,42	9,22%	27.187.964,33	2.594.949,95	9,54%
Salete	22.099.117,13	1.795.883,41	8,13%	22.795.840,89	1.906.843,66	8,36%	25.693.658,81	2.659.806,96	10,35%
Rio do Sul	233.473.695,20	41.843.320,51	17,92%	250.470.023,35	46.958.148,68	18,75%	227.423.731,22	52.207.090,87	22,96%
Taió	48.181.621,48	5.644.468,01	11,71%	49.983.604,63	5.689.219,68	11,38%	26.405.323,26	3.976.404,61	15,06%

# ESPAÇO PARA DEBATE

## RESULTADO PRIMÁRIO

O "resultado primário" é definido pela diferença entre receitas e despesas, excluindo-se da conta as receitas e despesas com juros. Caso essa diferença seja positiva, tem-se um "superávit primário"; caso seja negativa, tem-se um "déficit primário". O "superávit primário" é uma indicação de quanto o governo economizou ao longo de um período de tempo (um mês, um semestre, um ano).

Demonstrativo do Resultado Primário



<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>7.127.343,45</b>
(-) ALIENAÇÕES	0,00
(-) REND. APLIC. FINANCEIRA	11.612,45
(-) Operação de Crédito	0,00
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL</b>	<b>7.115.731,00</b>
<b>DESPESA TOTAL - PAGA</b>	<b>5.838.354,73</b>
(-) JUROS DA DÍVIDA – PAGA	18.815,16
(-) AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA – PAGA	9.751,80
(+) RESTOS A PAGAR PAGOS	949.487,29
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL</b>	<b>6.759.275,06</b>
(+) RECEITA PRIMÁRIA TOTAL	7.115.731,00
(-) DESPESA PRIMÁRIA TOTAL	6.759.275,06
<b>(=) RESULTADO PRIMÁRIO</b>	<b>356.455,94</b>

O Resultado Primário apurado no período, APRESENTA VALORES POSITIVOS. Isto caracteriza uma situação **favorável**, pois significa dizer que as Receitas Não Financeiras são menores que as Despesas Não Financeiras, ou seja, **ainda existem condições do município assumir novos compromissos para pagamento de dívidas.**

**Obs: Neste caso, quanto mais positivo o índice, melhor.**



## RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS



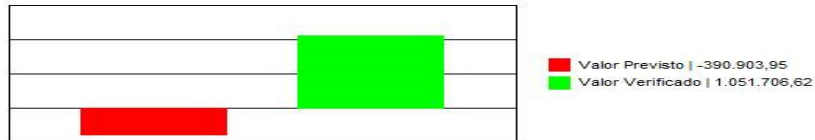
As Receitas Financeiras no período, na importância de R\$. 11.612,45 ficaram abaixo das Despesas Financeiras que registrou R\$. 18.815,16, num montante de R\$. - 7.202,71.

**Dívida Consolidada – DC** ou fundada corresponde ao montante total das obrigações financeiras assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses.

• **Dívida Consolidada Líquida – DCL** corresponde ao saldo da dívida consolidada, deduzida do ativo disponível e dos haveres financeiros, líquidos dos restos a pagar processados.

## RESULTADO NOMINAL

Demonstrativo do Resultado Nominal



CONTA	EM 31/12/2018	EM 30/04/2019
(+) DÍVIDA CONSOLIDADA	937.299,13	927.547,33
(-) ATIVO DISPONÍVEL (Disponibilidade em Caixa – Restos a Pagar processados + Demais Haveres Financeiros)	1.061.054,13	2.103.008,95
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	-123.755,00	-1.175.461,62
<b>RESULTADO NOMINAL</b>	<b>1.051.706,62</b>	

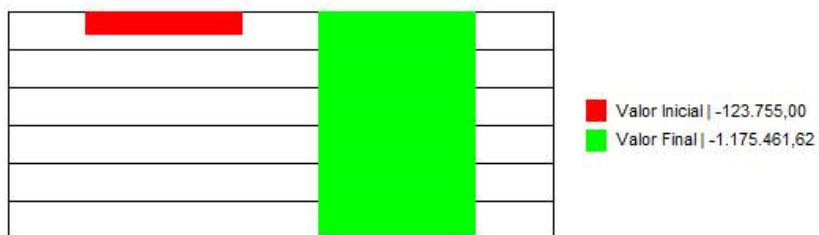
De acordo com o quadro acima, o Resultado Nominal verificado ao término do período analisado, na importância de R\$ 1.051.706,62, está acima da previsão estabelecida na LDO para o exercício, no montante de R\$ -390.903,95. O Resultado Nominal é extraído da subtração do saldo de 2018 com o saldo de 2019.

**Obs: neste caso, quanto mais negativa a Dívida Fiscal Líquida, é melhor.**

Indica a capacidade de pagamento da Dívida.

## DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA

Quadro da Dívida Fiscal Líquida



A Dívida Fiscal Líquida apurada no término do período analisado, apresenta valores negativos. Isto caracteriza uma situação bastante favorável, pois significa dizer que a Dívida Consolidada está abaixo do valor das Disponibilidades Financeiras. Comparando a Dívida Fiscal Líquida do início do exercício, na importância de R\$. - 123.755,00 com o valor apurado ao término do período analisado, no valor de R\$. - 1.175.461,62, podemos deduzir que houve um crescimento favorável no confronto das dívidas existentes com os recursos disponíveis.

MENU **TESOURO NACIONAL**  
TRANSPARENTE

## Capacidade de Pagamento (CAPAG)

Estados e Municípios

A análise da capacidade de pagamento apura a situação fiscal dos Entes Subnacionais que querem contrair novos empréstimos com garantia da União.

Unidade Federativa: Santa Catarina  
Município: Laurentino

<p>Nota CAPAG<sup>+</sup></p> <p><b>B</b></p>	<p>Indicador I - Endividamento</p>	<p>Divida Consolidada/Receita Corrente Líquida</p> <p>A (4.59%)</p>
	<p>Indicador II - Poupança Corrente</p>	<p>Despesa Corrente/Receita Corrente</p> <p>B (93.89%)</p>
	<p>Indicador III - Liquidez</p>	<p>Obrigações Financeiras/Disponibilidade de Caixa</p> <p>A (68.72%)</p>

FONTE:  
<https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios/capacidade-de-pagamento-capag>

Unidade Federativa: Santa Catarina  
Município: Rio do Sul

### CAPAG - Capacidade de Pagamento ⓘ

<p>Nota CAPAG<sup>+</sup></p> <p><b>C</b></p>	<p>Indicador I - Endividamento</p>	<p>Divida Consolidada/Receita Corrente Líquida</p> <p>A (11.29%)</p>
	<p>Indicador II - Poupança Corrente</p>	<p>Despesa Corrente/Receita Corrente</p> <p>A (87.54%)</p>
	<p>Indicador III - Liquidez</p>	<p>Obrigações Financeiras/Disponibilidade de Caixa</p> <p>C (234.29%)</p>

Unidade Federativa: Santa Catarina  
Município: Lontras

### CAPAG - Capacidade de Pagamento ⓘ

<p>Nota CAPAG<sup>+</sup></p> <p><b>C</b></p>	<p>Indicador I - Endividamento</p>	<p>Divida Consolidada/Receita Corrente Líquida</p> <p>A (3.17%)</p>
	<p>Indicador II - Poupança Corrente</p>	<p>Despesa Corrente/Receita Corrente</p> <p>C (95.01%)</p>
	<p>Indicador III - Liquidez</p>	<p>Obrigações Financeiras/Disponibilidade de Caixa</p> <p>A (2.43%)</p>

Unidade Federativa: Santa Catarina ←

Município: Digite aqui o Município

### CAPAG - Capacidade de Pagamento ⓘ

<p>Nota CAPAG *</p> <p>C</p>	<p>✓</p> <p>Indicador I - Endividamento</p>	<p>Divida Consolidada/Receita Corrente Líquida</p> <p>B (109.87%)</p>
	<p>!</p> <p>Indicador II - Poupança Corrente</p>	<p>Despesa Corrente/Receita Corrente</p> <p>C (96.66%)</p>
	<p>✓</p> <p>Indicador III - Liquidez</p>	<p>Obrigações Financeiras/Disponibilidade de Caixa</p> <p>A (47.24%)</p>

Unidade Federativa: Rio Grande do Sul ←

Município: Digite aqui o Município

### CAPAG - Capacidade de Pagamento ⓘ

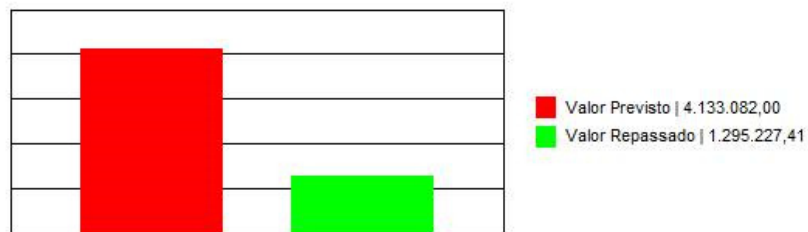
<p>Nota CAPAG *</p> <p>D</p>	<p>!</p> <p>Indicador I - Endividamento</p>	<p>Divida Consolidada/Receita Corrente Líquida</p> <p>C (212.42%)</p>
	<p>!</p> <p>Indicador II - Poupança Corrente</p>	<p>Despesa Corrente/Receita Corrente</p> <p>C (101.55%)</p>
	<p>!</p> <p>Indicador III - Liquidez</p>	<p>Obrigações Financeiras/Disponibilidade de Caixa</p> <p>C (601.20%)</p>

**ESPAÇO  
PARA  
DEBATE**

## TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

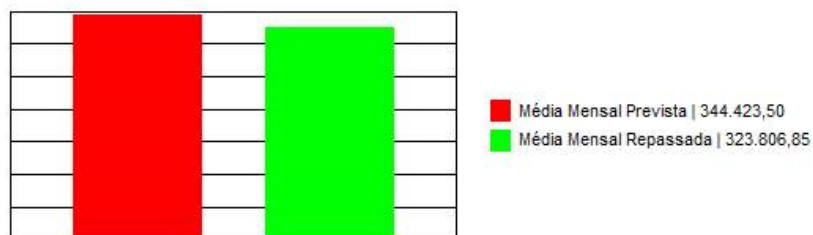
Transferências Financeiras são os recursos repassados pela Administração Municipal à outras unidades gestoras que integram a administração direta, como forma de complementação de suas receitas, para fazer frente as despesas necessárias para consecução de seus objetivos.

Demonstrativo das Transferências Financeiras



O quadro acima demonstra que o valor das Transferências Financeiras verificado ao término do Quadrimestre, foi de R\$. 1.295.227,41, enquanto que o valor total previsto na LDO para o exercício é de R\$. 4.133.082,00.

Média Mensal de Transferências Financeiras



Analisando o valor das Transferências Financeiras previstas na LDO para o exercício, na importância de R\$. 4.133.082,00, teríamos uma previsão média mensal de repasse no valor de R\$. 344.423,50. Comparando esta previsão com a média mensal de transferência apurada ao término do período analisado, no valor de R\$. 323.806,85, podemos deduzir que o repasse ficou 5,99% abaixo da previsão estimada.

**VALORES ATÉ O 1º QUADRIMESTRE 2019**

<b>Órgão</b>	<b>Transferência Prevista Anual R\$</b>	<b>Transf. Prevista Até o Quadrimestre</b>	<b>Transferência Realizada R\$</b>	<b>Variação %</b>
Câmara de Vereadores	1.113.582,00	<b>371.194,00</b>	377.031,68	+1,57%
Fundo Mun. De Saúde	2.649.500,00	<b>883.166,67</b>	812.195,73	-8,04%
Fundo Mun. De Assist. Social	370.000,00	<b>123.333,33</b>	106.000,00	-11,61%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>4.133.082,00</b>	<b>1.377.694,00</b>	<b>1.295.227,41</b>	<b>-5,99%</b>

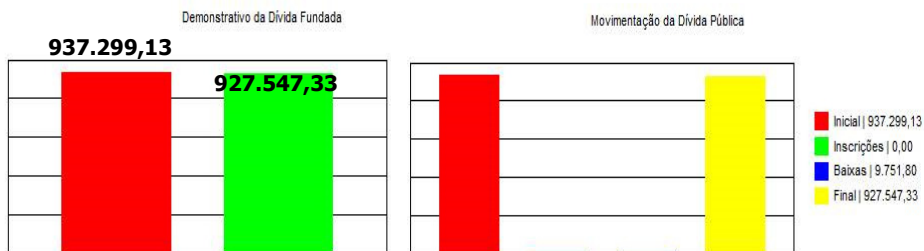
Obs: Foi repassado à Câmara de Vereadores a quantia de R\$ 5.837,68 além do valor inicialmente previsto. Tal diferença será diluída no período seguinte.

**DEMONSTRATIVO DO ARTIGO 29A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

RECEITA TRIBUTÁRIA E DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR - 2018

<b>RECEITA</b>	<b>VALOR BRUTO</b>	<b>DEDUÇÕES</b>	<b>SALDO</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA + Dívida	2.036.198,10	84.253,61	1.951.944,49
FPM	7.425.871,11		7.425.871,11
ITR	4.892,01		4.892,01
ICMS - LC 87/96	18.573,30		18.573,30
ICMS	5.793.073,92		5.793.073,92
IPVA	942.776,41		942.776,41
IPI	89.093,58		89.093,58
COSIP	529.494,65		529.494,65
<b>TOTAL</b>	<b>16.839.973,08</b>	<b>84.253,61</b>	<b>16.755.719,47</b>
<b>7% da Receita Total</b>			<b>1.172.900,36</b>
<b>Duodécio</b>			<b>97.741,70</b>

# DÍVIDA FUNDADA



O gráfico a esquerda representa a comparação do saldo inicial com o saldo final da Dívida Pública. Já o gráfico a direita representa além dos valores inicial e final, o valor das movimentações positivas (inscrições e correções) e a movimentações negativas (depreciações e amortizações) do período, que determinaram o montante da Dívida Fundada atual de R\$. 927.547,33.

Nº Contrato	Nome do Contratado	Saldo Inicial	Valor Correção/Inscrição	Valor da Amortização	Saldo Atual
0414796-76/2015	Cx. Econ. Prog. Pro-Transporte	937.299,13	0,00	9.751,80	927.547,33
<b>Total</b>		<b>937.299,13</b>	<b>0,00</b>	<b>9.751,80</b>	<b>927.547,33</b>

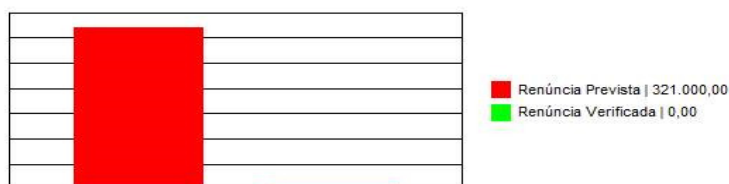
Parcela Paga em	Taxa Crédito	Taxa Caixa	Juros	Valor da Amortização	Valor Total
15/04/2019	390,46	1.561,84	4.685,52	2.456,22	9.094,04

ANO	CONTRAPARTIDA	DESEMBOLSO	JUROS	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	TAXA DE RISCO	TOTAL DOS ENCARGOS	AMORTIZAÇÃO	PRESTAÇÃO
2015	34.070,50	500.000,00	7.500,00	2.500,00	625,00	10.625,00	0,00	10.625,00
2016	34.070,54	500.000,00	54.770,84	18.256,95	4.564,24	77.592,03	15.379,33	92.971,35
2017	0,00	0,00	58.325,18	19.441,72	4.860,44	82.627,34	27.646,55	110.273,88
2018	0,00	0,00	56.620,00	18.873,34	4.718,34	80.211,68	29.351,72	109.563,39
2019	0,00	0,00	54.809,64	18.269,89	4.567,47	77.647,00	31.162,08	108.809,09
2020	0,00	0,00	52.887,63	17.629,22	4.407,31	74.924,16	33.084,09	108.008,25
2021	0,00	0,00	50.847,07	16.949,01	4.237,26	72.033,34	35.124,66	107.158,02
2022	0,00	0,00	48.680,68	16.226,50	4.056,72	68.964,30	37.291,06	106.255,35
2023	0,00	0,00	46.380,65	15.489,22	3.865,05	65.705,92	39.591,08	105.297,02
2024	0,00	0,00	43.938,76	14.646,27	3.661,55	62.246,58	42.032,97	104.279,52
2025	0,00	0,00	41.346,25	13.782,09	3.445,52	58.573,86	44.625,49	103.199,33
2026	0,00	0,00	38.593,84	12.864,61	3.216,13	54.674,58	47.377,90	102.052,49
2027	0,00	0,00	35.671,69	11.890,57	2.972,63	50.534,89	50.300,04	100.834,94
2028	0,00	0,00	32.569,29	10.856,43	2.714,10	46.139,82	53.402,45	99.542,26
2029	0,00	0,00	29.275,53	9.758,51	2.439,62	41.473,66	56.696,20	98.169,86
2030	0,00	0,00	25.778,64	8.592,90	2.148,23	36.519,77	60.193,10	96.712,82
2031	0,00	0,00	22.066,05	7.355,35	1.838,84	31.260,24	63.905,67	95.165,92
2032	0,00	0,00	18.124,49	6.041,50	1.510,38	25.676,37	67.847,23	93.523,59
2033	0,00	0,00	13.939,84	4.646,62	1.161,65	19.748,11	72.031,89	91.779,98
2034	0,00	0,00	9.497,08	3.165,67	791,42	13.454,17	76.474,66	89.928,84
2035	0,00	0,00	4.780,29	1.593,45	398,35	6.772,09	81.191,43	87.963,50
2036	0,00	0,00	531,11	177,04	44,26	752,41	35.290,40	36.042,83
<b>Total</b>	<b>68.141,04</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>746.934,55</b>	<b>248.978,26</b>	<b>62.244,51</b>	<b>1.058.157,32</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>2.058.157,23</b>

## RENÚNCIA DE RECEITA

A RENÚNCIA DE RECEITA IMPLICA EM PERDA DE ARRECADAÇÃO. O conceito de Renúncia de Receita consta no Artigo 14, Parágrafo 1, da LRF que diz: A RENÚNCIA compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção de caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado

Demonstrativo das Renúncias de Receita



A LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias previa para o exercício uma Renúncia de Receita na ordem de R\$. 321.000,00. Até o término do período analisado a Renúncia verificada atinge o montante de 0,00. Fazendo uma análise dos valores apurados, podemos dizer que até o término do período, a Renúncia de Receita não atingiu os valores fixados na LDO, haja visto que representa 0,00% dos valores previstos.

## DEMONSTRATIVO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Conta	2013		2014	
	Valor R\$	%	Valor R\$	%
Desconto de 20% p/ Pcto no Prazo	67.822,04	35,40%	79.354,87	39,60%
Aposentados e Pensionistas (isenção total)	70.129,97	36,61%	75.647,22	37,75%
Imóveis Cadastrados no ITR (isentos imposto predial e territorial)	22.060,07	11,51%	25.613,18	12,78%
Imóveis com área inutilizável	8.974,10	4,68%	1.767,90	0,88%
Imóveis Cadastrados para fins Agropecuários (área superior a 5.000mt)	22.551,27	11,77%	18.018,28	8,99%
<b>TOTAL</b>	<b>191.537,45</b>	<b>100,00%</b>	<b>200.401,45</b>	<b>100,00%</b>

Conta	2015		2016		3º Quadr. 2017	
	Valor R\$	%	Valor R\$	%	Valor R\$	%
Desconto de 20% p/ Pcto no Prazo	111.960,28	46,27%	99.326,81	40,03%	107.132,79	40,33%
Aposentados e Pensionistas (isenção total)	84.187,06	34,79%	97.563,72	39,32%	105.785,19	39,83%
Imóveis Cadastrados no ITR (isentos imposto predial e territorial)	27.001,03	11,16%	28.485,89	11,48%	30.242,34	11,39%
Imóveis com área inutilizável	1.978,70	0,82%	4.207,20	1,70%	4.115,68	1,55%
Imóveis Cadastrados para fins Agropecuários (área superior a 5.000mt)	16.834,84	6,96%	18.526,49	7,47%	18.341,83	6,91%
<b>TOTAL</b>	<b>241.961,91</b>	<b>100,00%</b>	<b>248.110,11</b>	<b>100,00%</b>	<b>265.617,83</b>	<b>100,00%</b>

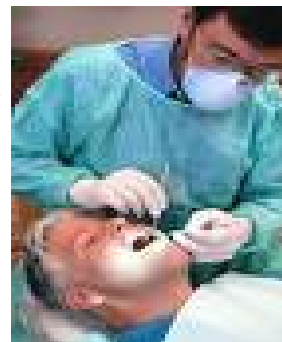


### DEMONSTRATIVO DA RENÚNCIA DE RECEITA

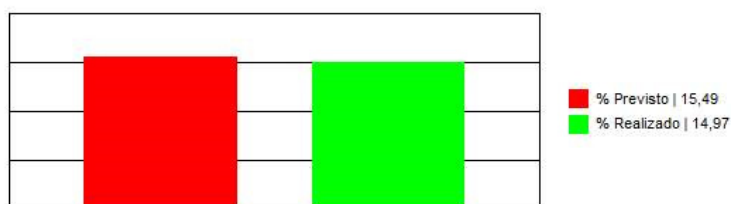
Conta	2017		2018	
	Valor R\$	%	Valor R\$	%
Desconto de 20% p/ Pgto no Prazo	107.132,79	40,33%	83.724,82	40,23%
Aposentados e Pensionistas (isenção total)	105.785,19	39,83%	78.757,51	37,85%
Imóveis Cadastrados no ITR (isentos imposto predial e territorial)	30.242,34	11,39%	28.415,31	13,65%
Imóveis com área inutilizável	4.115,68	1,55%	4.353,51	2,09%
Imóveis Cadastrados para fins Agropecuários (área superior a 5.000mt)	18.341,83	6,91%	12.843,97	6,17%
<b>TOTAL</b>	<b>265.617,83</b>	<b>100,00%</b>	<b>208.095,12</b>	<b>100,00%</b>

**ESPAÇO  
PARA  
DEBATE**

# **+** ***GASTOS COM SAÚDE*** **+**



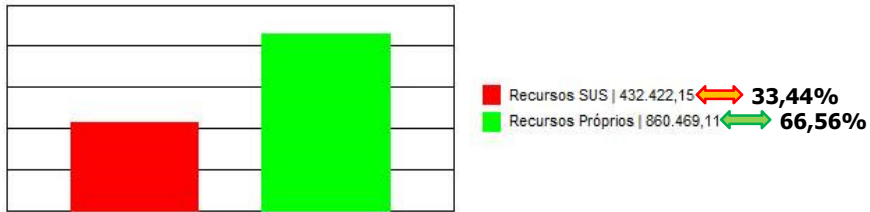
Gastos com Saúde



De acordo com o artigo 198 da Constituição Federal, combinado com o disposto no § 1º do artigo 77, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, os municípios devem aplicar em ações básicas de Saúde, no mínimo 15% das suas Receitas Provenientes de Impostos. O quadro acima demonstra uma aplicação de 14,97%, evidenciando o NÃO cumprimento da legislação ATÉ O QUADRIMESTRE.

O orçamento do município prevê uma aplicação de 15,49 % em despesas com Saúde. A aplicação efetiva foi de 14,97%, ou seja, foi aplicado -0,52% abaixo do que havia sido previsto.

#### Aplicação de Recursos em Saúde



O total geral aplicado em Saúde foi de R\$ 1.292.891,26, dos quais, R\$ 432.422,15 foram aplicados com recursos do SUS (Estado e União) e R\$ 860.469,11 foram aplicados com recursos próprios do município (impostos e transferências).

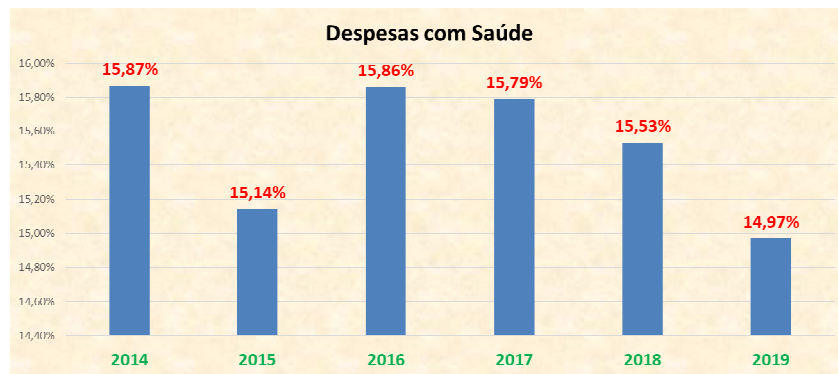
Fazendo uma análise per capita dos recursos recebidos, podemos afirmar que os repasses do SUS representam R\$. 62,90 por habitante do município, enquanto que o município investiu de recursos próprios o montante de R\$. 125,16 por habitante.

O total de despesas com saúde representa uma aplicação de R\$. 188,06, dos quais 66,55% foram oriundos de recursos próprios do município. **NO PERÍODO ANALISADO.**

Repasses ANUAL	Federal	Estadual	Total Anual	Per capita 6875
Assist. Farmacêutica	37.352,52	27.346,56	64.699,08	R\$ 9,41/ano

#### HISTÓRICO DOS GASTOS COM SAÚDE

ANO	Percentual
2014	15,87%
2015	15,14%
2016	15,86%
2017	15,79%
2018	15,53%
2019	14,97%



**PRINCIPAIS DESPESAS COM SAÚDE - PERÍODO: JAN. A ABR/2019**

Despesa na Saúde		
Item	Valor R\$	%
Pessoal e Encargos (40 Servidores)	681.730,09	52,73%
Estagiários (04)	6.434,05	0,50%
Fonoaudióloga (Glauce Karina de Oliveira Pinho)	1.500,00	0,12%
Fisioterapia (THAMIRES CRISTOFOLINI)	17.100,00	1,32%
Pediatra (DR. RUBENS)	43.550,00	3,37%
Ginecologista (ALINE DELLAGIUSTINA)	16.830,00	1,30%
Serviços Médicos (Evelin Cristina Bet)	72.810,00	5,63%
Consultas e Exames Especializados	6.384,00	0,49%
DETER - Taxa Fiscalização Transp. Intermunicipal	1.950,00	0,15%
Transf. a Consórcio ( Exames e Consultas)	20.128,38	1,56%
Diárias	10.055,74	0,78%
Combustíveis e Lubrif.	25.599,85	1,98%
Serviços Médicos Hospitalares (FUSAVI)	31.263,00	2,42%
Material Odontológico	6.780,63	0,52%
Coleta de Lixo Hospitalar	2.835,00	0,22%
Mat. Expediente	2.893,97	0,22%
Material Processamento de Dados	4.880,53	0,38%
Material p/ Manut. Imóveis	1.956,00	0,15%
Gêneros Alimentícios	3.382,00	0,26%
Mat. De Limpeza e Higiene	6.450,34	0,50%
Mat. Hospitalar	18.541,22	1,43%
Mat. Manut. Bens Móveis	946,00	0,07%
Material Elétrico	1.471,00	0,11%
Passagens e Despesas com Locomoção	2.045,70	0,16%
Peças Manut. Veículos	11.545,71	0,89%
Assinatura de Periódicos e anuidades	1.275,00	0,10%
Fraldas Geriátricas e Infantis	21.484,85	1,66%
Medicamentos (compra direta - Farmácias)	11.541,36	0,89%
Medicamentos (compra direta Fornecedor - Distr. Unidade)	104.231,00	8,06%
Manutenção e Locação de Software	15.558,93	1,20%
Locação de Máquinas e Equipamentos	1.000,00	0,08%
Mão de Obra Conservação Imóveis	545,00	0,04%
Manut. Conserv. Máquinas e Equip.	1.127,00	0,09%
Serviços Gráficos	2.565,00	0,20%
Limpeza de Veículos	2.304,00	0,18%
Serviços apoio administrativo	7.500,00	0,58%
Seguros veículos	18.962,87	1,47%
Energia elétrica	14.484,64	1,12%
Água	2.018,80	0,16%
Telefone	4.669,43	0,36%
M.Obra Manut. Veículos	5.495,57	0,43%
Laboratório	60.522,23	4,68%
AH Dia - Rio do Sul	1.534,35	0,12%
Serviços Bancários	1.373,27	0,11%
Publicidade e Propaganda	249,00	0,02%
Serviços de Tecnologia da Informação	2.080,00	0,16%
Palestra na Conferência de Saúde	1.200,00	0,09%
Brinquedos Distr. Campanha de Vacina	927,66	0,07%
Outros Serviços e Despesas	5.535,01	0,43%
Equip. Mat. Permanente Div.	5.643,08	0,44%
<b>TOTAL</b>	<b>1.292.891,26</b>	<b>100,00%</b>

**ESPAÇO  
PARA  
DEBATE**

## GASTOS COM PESSOAL E ENCARGOS



Os limites de gastos com pessoal estão dispostos no Artigo 20, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal. Os limites estabelecidos são de 6% para o Poder Legislativo e 54% para o Executivo.

### **Despesa com Pessoal**

Compreende os gastos com ativos, inativos e pensionistas nos últimos 12 meses, independentemente do regime de trabalho.

#### **Limites:**

a) Limite máximo na esfera municipal (art. 20 LRF):

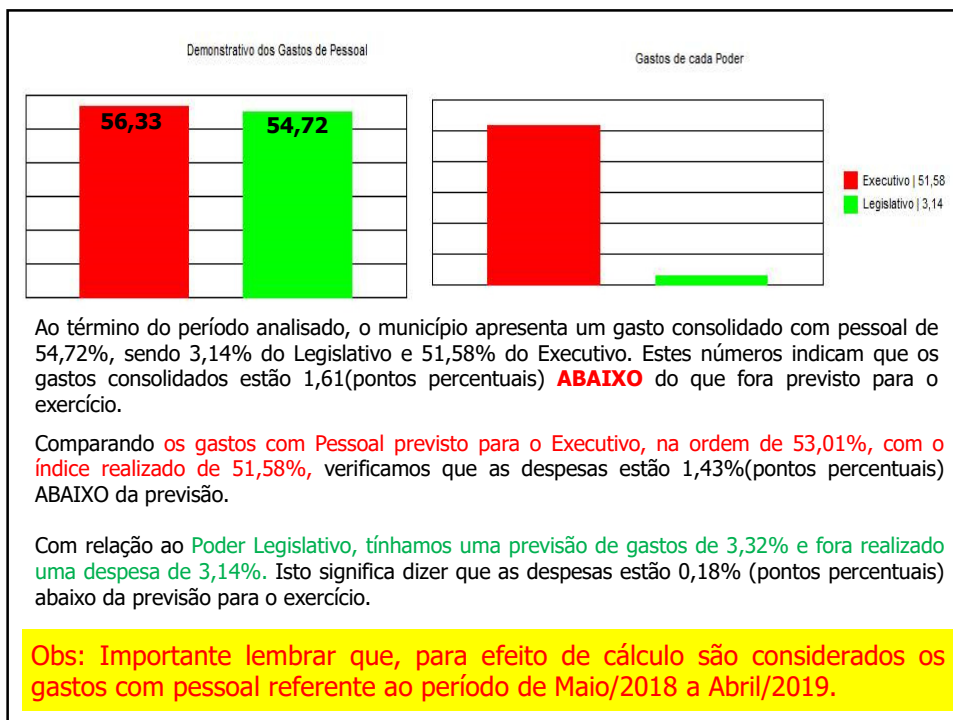
Executivo: 54% da RCL

Legislativo: 6% da RCL

b) Limite prudencial na esfera municipal (art. 22 LRF)

Executivo: 51,30% da RCL

Legislativo: 5,70% da RCL



## RESUMO DOS GASTOS COM PESSOAL

Esfera	Limite Máximo	Limite Prudencial	Realizado 2019
Executivo	54,00%	51,30%	51,58%
Legislativo	6,00%	5,70%	3,14%

Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre. Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no [inciso X do art. 37 da Constituição](#);

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no [inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição](#) e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 23. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos [§§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição](#).

§ 1º No caso do [inciso I do § 3º do art. 169 da Constituição](#), o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos. [\(Vide ADIN 2.238-5\)](#)

§ 2º É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária. [\(Vide ADIN 2.238-5\)](#)

§ 3º Não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:

I - receber transferências voluntárias;

II - obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;

III - contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

## COMPARATIVO DA DESPESA COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Item	2010 R\$	2011 R\$	Variação %	2012 R\$	Variação %	2013 R\$	Variação %	2014 R\$	Variação %
Despesa com pessoal Executivo	4.503.918,07	5.271.355,62	+17,04%	6.297.640,38	+19,47%	7.455.805,11	+18,39%	8.115.111,01	8,85%
Receita Corrente Líquida	8.829.701,63	11.247.336,99	+27,39%	12.035.282,21	+7,01%	13.898.905,60	+15,48%	15.188.320,78	9,28%
Número de Servidores	213	222	+4,23%	228 Ativos 13 Inativos	+ 8,56%	231 Ativos 13 Inativos	+1,31%	229 Ativos 13 Inativos	-0,86%
Aumento Salarial	5,00%	7,00%	+40,00%	8,00% (Professores 21,19%)	+14,29%	7,00% (14,97% p/ Professores)	-12,50%	7,00% 8,32% p/ Professores	-4,40% p/ Professores
Percentual	51,01%	46,87%		52,33%		53,65%		53,43%	

## COMPARATIVO DA DESPESA COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Item	2014 R\$	Variação %	2015 R\$	Variação %	2016 R\$	Variação %	2017 R\$	Variação %
Despesa com pessoal Executivo	8.115.111,01	8,85%	8.273.000,45	1,95%	8.688.906,01	5,03%	9.756.144,19	+12,29%
Receita Corrente Líquida	15.188.320,78	9,28%	15.470.385,98	1,86%	16.984.232,97	9,79%	18.233.862,98	+7,36%
Número de Servidores	229 Ativos 13 Inativos	-0,86%	222 Ativos 10 Aposentados 03 Pensionistas	-3,05%	192 Ativos 10 Aposentados 03 Pensionistas	-2,70%	220 Ativos 10 Aposentados 03 Pensionistas	+14,60%
Aumento Salarial	7,00% 8,32% p/ Professores	4,40% p/ Professores	6,34% 13,01% p/ Professores	56,38% p/ Professores	10,33% 11,36% p/ Professores		6,57% (+ incorporação dos 10,33%)	
Percentual	53,43%		53,48%		51,16%		53,51%	

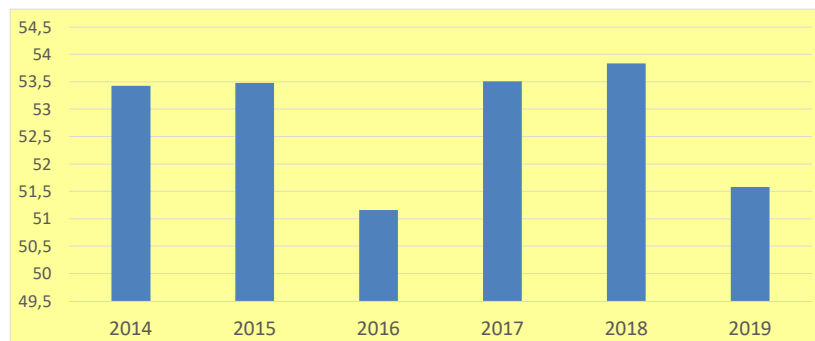
## COMPARATIVO DA DESPESA COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Item	2017 R\$	Variação %	2018 R\$	Variação %	1º Quad. 2019	Variação %
Despesa com pessoal Executivo	9.756.144,19	8,85%	10.983.454,62	12,58%	10.961.871,78	-0,20%
Receita Corrente Líquida	18.233.862,98	9,28%	20.401.917,33	11,90%	21.251.774,37	4,16%
Número de Servidores	220 Ativos	14,60%	204 Ativos	-7,27%	224 Ativos	9,80%
	10 Aposentados		07 Aposentados		07 Aposentados	
	03 Pensionistas		06 Pensionistas		06 Pensionistas	
Aumento Salarial	6,57% (+ incorporação dos 10,33%)		2,77%		3,43%	23,82%
<b>PERCENTUAL</b>	<b>53,51%</b>		<b>53,84%</b>		<b>51,58%</b>	

**Estagiários - 30**

## PERCENTUAL DE GASTOS COM PESSOAL POR EXERCÍCIO

Ano	%
2014	53,43%
2015	53,48%
2016	51,16%
2017	53,51%
2018	53,84%
2019	51,58%



**Obs: em 2016 o reajuste foi concedido em forma de Auxílio Alimentação, sem no entanto, considerar como despesa de pessoal, em 2017, este auxílio foi incorporado ao salário do servidor.**



**DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL –  
REFERÊNCIA: ABRIL DE 2019**

ÓRGÃO	Total de Servidores	VALOR R\$	%
GAB. DO PREFEITO	4	28.044,78	3,90%
CONSELHO TUTELAR	5	4.914,99	0,68%
SEC. FINANÇAS	5	26.579,80	3,69%
APOSENTADOS E PENSIONISTAS	13	24.105,57	3,35%
SEC. ADMINISTRAÇÃO	10	32.802,87	4,56%
SEC. EDUCAÇÃO	117	349.337,48	48,53%
ESPORTES	3	7.239,92	1,01%
SEC. OBRAS	20	50.132,37	6,96%
SEC. AGRICULTURA	12	42.331,31	5,88%
SAÚDE	40	128.619,23	17,87%
ASSIST. SOCIAL	7	23.472,15	3,26%
HABITAÇÃO	1	2.331,20	0,32%
<b>TOTAL</b>	<b>237</b>	<b>719.911,67</b>	<b>100,00%</b>
<b>Encargos - INSS</b>		<b>156.353,58</b>	
<b>Encargos - IPREV</b>		<b>630,84</b>	
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>876.896,09</b>	

<b>Estagiários</b>	<b>30</b>	<b>20.719,17</b>
--------------------	-----------	------------------

**COMPARATIVO DE GASTOS COM PESSOAL - MUNICÍPIOS VIZINHOS**

Município	Período	RCL R\$	Despesa com Pessoal R\$	%
Agronômica	1º Quadr./2018	18.052.389,80	9.416.325,52	52,16%
Laurentino	2018	20.401.917,33	10.983.454,62	53,84%
Lontras	2018	30.942.391,60	15.616.272,48	50,47%
Rio do Oeste	2018	22.460.498,02	11.176.896,56	49,76%
Rio do Sul	2º Quadr./2018	246.888.575,88	93.570.150,39	37,90%
Taió	1º Quadr./2018	49.870.769,33	22.494.771,79	45,11%

**Comparativo de Receita Própria dos Municípios em relação ao total das RECEITAS CORRENTES arrecadadas**

Município	2016			2017			2018		
	Total Receita Corrente	Receita Tributária / Própria	%	Total Receita Corrente	Receita Tributária / Própria	%	Total Receita Corrente	Receita Tributária / Própria	%
Agronômica	16.141.076,66	1.685.970,73	10,45%	17.078.910,59	1.768.318,25	10,35%	18.574.100,34	2.022.387,45	10,89%
Laurentino	16.984.232,97	1.454.140,27	8,56%	18.233.862,98	1.544.480,47	8,47%	20.401.917,33	1.951.944,49	9,57%
Lontres	28.409.618,92	2.902.799,71	10,22%	29.391.456,53	3.134.002,68	10,66%	31.442.391,60	3.394.967,98	10,80%
Rio do Oeste	18.602.723,14	2.041.327,53	10,97%	20.027.538,08	2.182.976,56	10,90%	22.830.498,02	2.581.294,66	11,31%
Trombudo Central	20.288.683,73	1.898.621,85	9,36%	22.025.749,31	2.031.673,42	9,22%	27.187.964,33	2.594.949,95	9,54%
Salete	22.099.117,13	1.795.883,41	8,13%	22.795.840,89	1.906.843,66	8,36%	25.693.658,81	2.659.806,96	10,35%
Rio do Sul	233.473.695,20	41.843.320,51	17,92%	250.470.023,35	46.958.148,68	18,75%	227.423.731,22	52.207.090,87	22,96%
Taió	48.181.621,48	5.644.468,01	11,71%	49.983.604,63	5.689.219,68	11,38%	26.405.323,26	3.976.404,61	15,06%

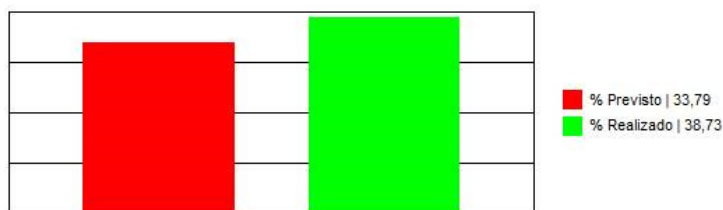
**ESPAÇO  
PARA  
DEBATE**

## GASTOS COM EDUCAÇÃO



O quadro abaixo demonstra que ao final do período analisado a aplicação em educação foi de 38,73% evidenciando que FOI CUMPRIDO o dispositivo legal.

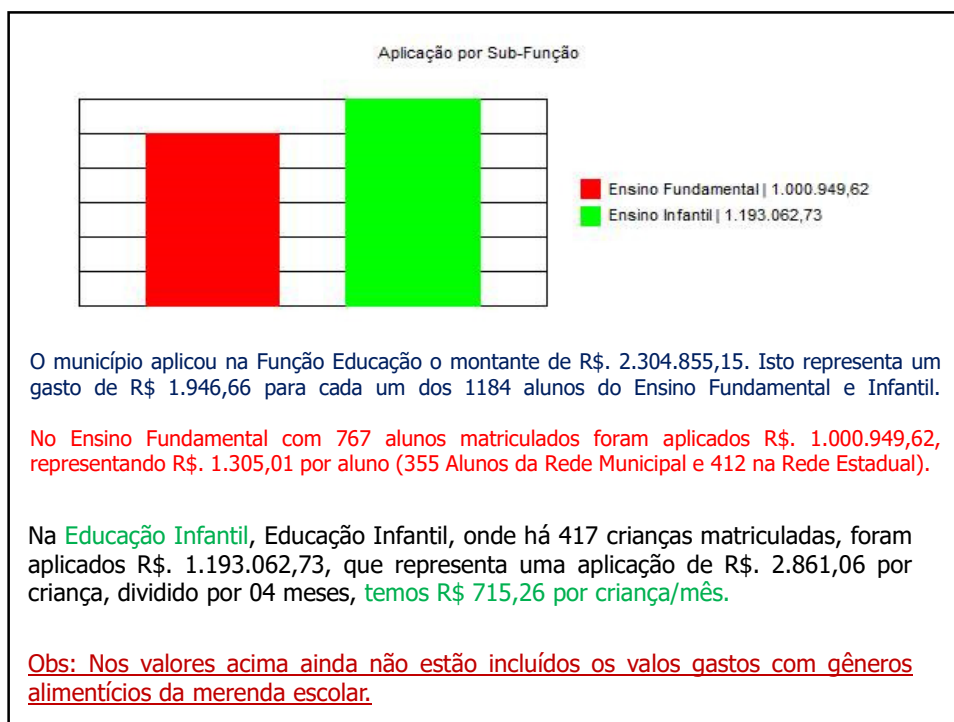
Indicadores Gastos Educação



O orçamento do município prevê uma aplicação de 33,79% em despesas com Educação. A aplicação efetiva foi de 38,73, ou seja, foi aplicado 4,94% ACIMA do que foi previsto.

O artigo 212 da Constituição Federal define a obrigatoriedade da aplicação mínima de 25% da Receita Resultante de Impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino. O quadro acima demonstra que ao final do período analisado a aplicação em educação foi de 38,73%, evidenciando que FOI CUMPRIDO o referido dispositivo legal.

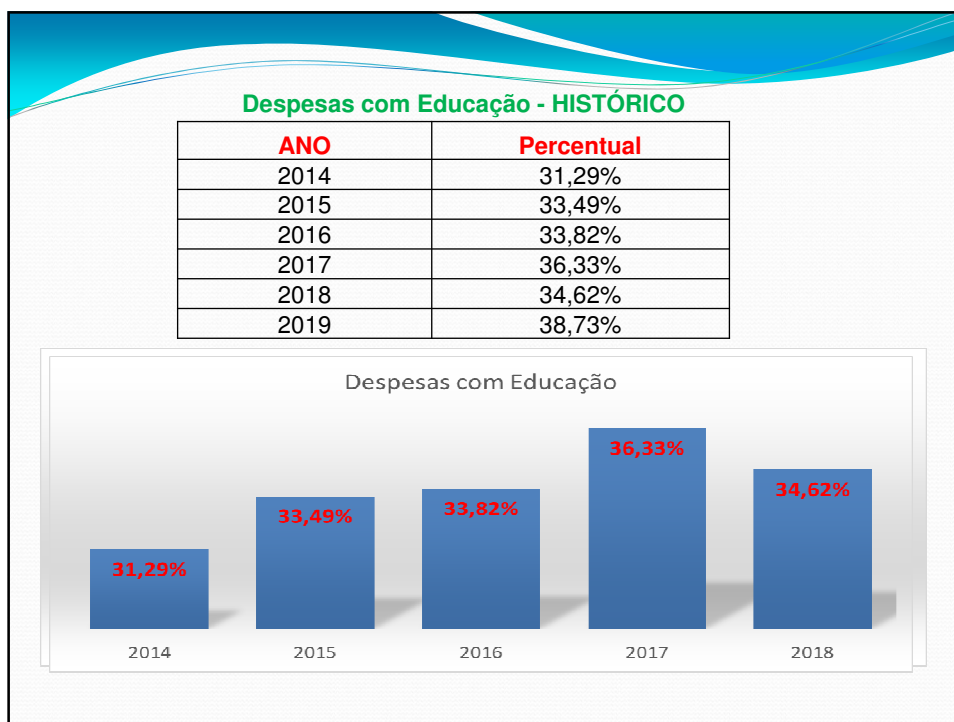
**Sendo assim, o Município aplicou 13,73% ACIMA do que a CF determina.**

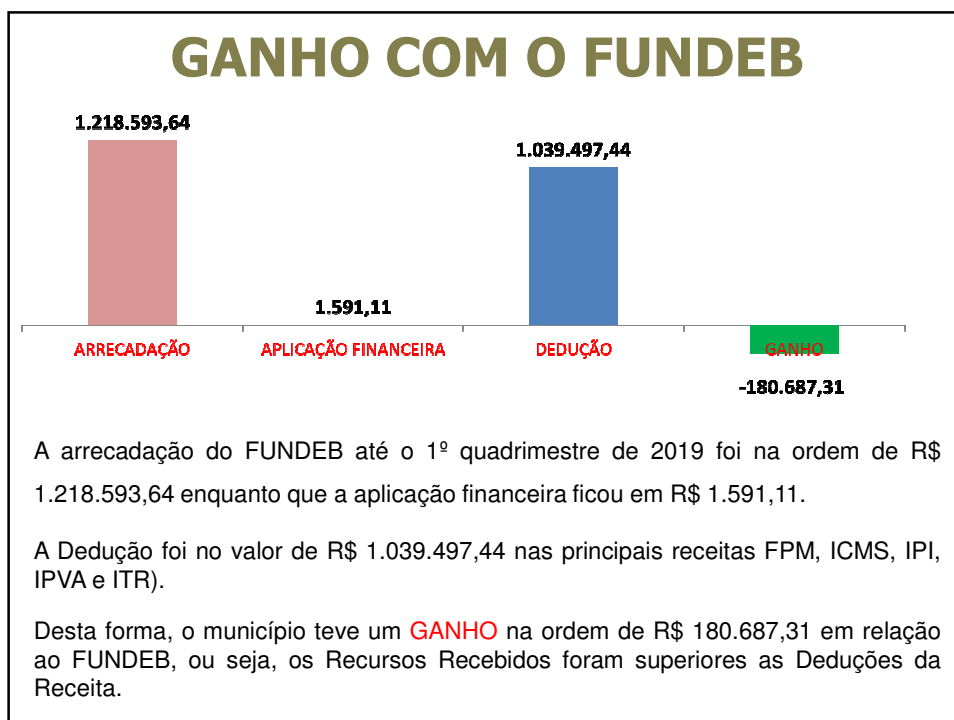
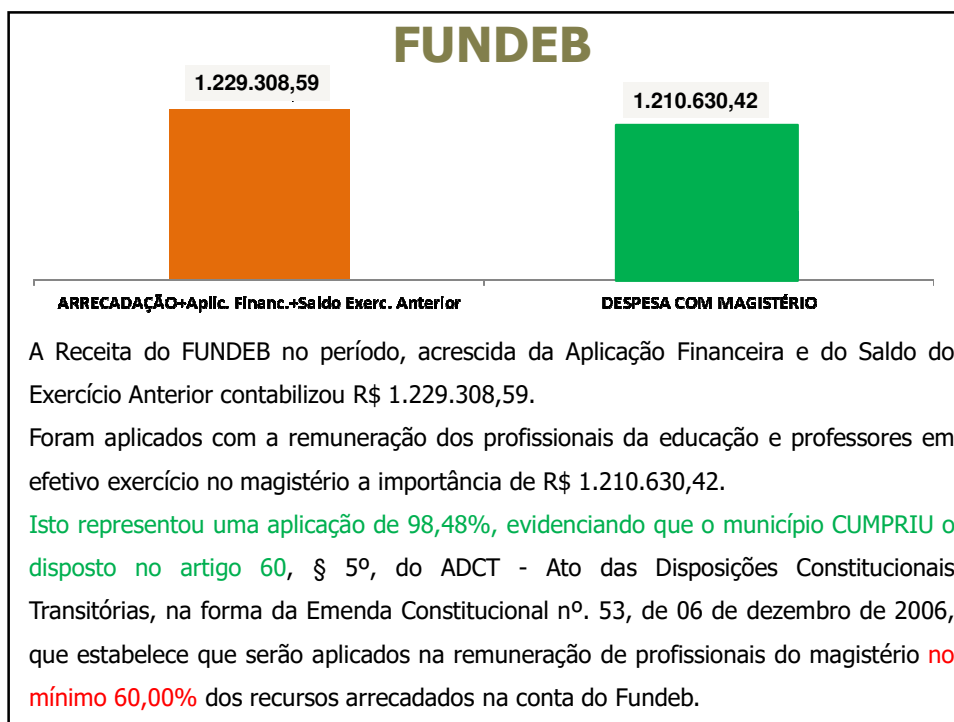


**TOTAL DE ALUNOS EM ABRIL - 2019**

UNIDADE ESCOLAR		Nº de alunos	Dias Letivos até 30/04
E.M. Honorata Stédille	1º ao 5º ano - ENSINO FUNDAMENTAL	355	54
CEI Ciranda dos Sonhos	Ed. Infantil / PRÉ II: 5 – 6 anos	95	54
CEI Ciranda dos Sonhos	Ed. Infantil / PRÉ I: 4 – 5 anos	48	74
CEI Ciranda dos Sonhos	Ed. Infantil 0 – 3 anos	47	74
CEI Infância Feliz	Ed. Infantil / PRÉ I: 4 – 5 anos	37	74
CEI Infância Feliz	Ed. Infantil 0 - 3 anos	118	74
CEI Arco-Íris	Ed. Infantil / PRÉ I: 4 – 5 anos	23	74
CEI Arco-Íris	Ed. Infantil 0 – 3 anos	49	74
<b>TOTAL DE ALUNOS NA REDE MUNICIPAL</b>	-	<b>772</b>	
EEB Tereza Cristina	1º ao 5º ano Ensino Fundamental	80	54
EEB Tereza Cristina	6º ao 9º ano Ensino Fundamental	332	54
EEB Tereza Cristina	1º ao 3º ano Ensino Médio	204	54
<b>TOTAL DE ALUNOS NA REDE ESTADUAL</b>	-	<b>616</b>	
UD	6º ao 9º ano Ensino Fundamental	0	
UD	Ensino Médio	25	32
<b>TOTAL DE ALUNOS NA UD</b>	-	<b>25</b>	
<b>TOTAL GERAL</b>	-	<b>1.413</b>	

UNIDADE ESCOLAR		2014	2015	Variação	2016	Variação	2017	Variação	2018	Variação	Variação últimos 4 anos
E.M. Honorata Stédille	1º ao 5º ano	310	305	-1,61%	292	-4,26%	304	4,11%	330	8,55%	
	Ensino Fundamental										
CEI Ciranda dos Sonhos	PRÉ II - 5-6 anos	-	90	-	93	3,33%	87	-6,45%	89	2,30%	
CEI Ciranda dos Sonhos	PRÉ - 4 - 5 anos	79	24	-69,62%	26	8,33%	28	7,69%	33	17,86%	
CEI Ciranda dos Sonhos	Ed. Infantil 0 - 3 anos	64	50	-21,87%	55	10,00%	62	12,73%	64	3,23%	
CEI Infância Feliz	PRÉ I - 4 - 5 anos	-	36	-	54	50,00%	36	-33,33%	38	5,56%	
CEI Infância Feliz	Ed. Infantil 0 - 3 anos	153	124	-18,95%	97	-21,77%	126	29,90%	122	-3,17%	
CEI Arco-Íris	PRÉ I - 4 - 5 anos		13	--	27	107,69%	8	-70,37%	25	212,50%	
CEI Arco-Íris	Ed. Infantil 0 - 3 anos	57	61	7,02%	46	-24,59%	59	28,26%	52	-1186,00%	
TOTAL DE ALUNOS NA REDE MUNICIPAL	-	<b>663</b>	<b>703</b>	<b>6,03%</b>	<b>690</b>	<b>-1,85%</b>	<b>710</b>	<b>2,90%</b>	<b>753</b>	<b>6,06%</b>	<b>13,57%</b>
EEB Tereza Cristina	1º ao 5º ano Ensino Fundamental	122	137	12,30%	127	-7,30%	114	-10,24%	113	-0,88%	
EEB Tereza Cristina	6º ao 9º ano Ensino Fundamental	291	352	20,96%	349	0,85%	343	-1,72%	329	-4,08%	
EEB Tereza Cristina	1º ao 3º ano Ensino Médio	236	195	-17,37%	188	-3,59%	164	-14,29%	214	30,49%	
TOTAL DE ALUNOS NA REDE ESTADUAL	-	<b>649</b>	<b>684</b>	<b>5,39%</b>	<b>664</b>	<b>-2,92%</b>	<b>621</b>	<b>-6,48%</b>	<b>656</b>	<b>5,64%</b>	<b>1,08%</b>
24º NAES	6º ao 9º ano Ensino Fundamental	28	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	
24º NAES	Ensino Médio	30	20	-33,33%	21	5,00%	25	19,05%	22	-12,00%	
24º NAES	Brasil Alfabetizado	8	10	25,00%	0	0,00%	0	0,00%	9	0,00%	
TOTAL DE ALUNOS NO 24º NAES		<b>66</b>	<b>30</b>	<b>-54,55%</b>	<b>21</b>	<b>-30,00%</b>	<b>25</b>	<b>19,05%</b>	<b>31</b>	<b>24,00%</b>	
TOTAL GERAL	-	<b>1378</b>	<b>1417</b>	<b>2,83%</b>	<b>1375</b>	<b>-2,96%</b>	<b>1356</b>	<b>-1,38%</b>	<b>1440</b>	<b>6,19%</b>	<b>4,73%</b>





**PRINCIPAIS DESPESAS NA EDUCAÇÃO - PERÍODO: JAN. A ABR/2019**

Item	Valor R\$	%
Pessoal e Encargos (117 Servidores)	1.735.837,95	75,31%
Estagiários (22)	67.981,33	2,95%
Combustíveis e Lubrif.	11.458,20	0,50%
Diárias	298,38	0,01%
Tansf. p/ APAE	31.442,98	1,36%
Gás	6.413,00	0,28%
Generos Alimentação	72.845,55	3,16%
Mat. Educativo	2.649,00	0,11%
Mat. Processamento de Dados	5.165,53	0,22%
Mat. De Expediente	7.654,72	0,33%
Mat. Cama, Mesa e Banho	3.705,00	0,16%
Mat. Copa e Cozinha	1.700,20	0,07%
Material de Limpeza	13.935,91	0,60%
Material Manut. Bens Imóveis	25.120,27	1,09%
Mat. Proteção e Segurança	2.325,00	0,10%
Materiais Manut. Veículos	15.052,79	0,65%
Premiações	324,80	0,01%
Outras Despesas com Locomoção	256,55	0,01%
Serviços Gráficos	1.395,00	0,06%

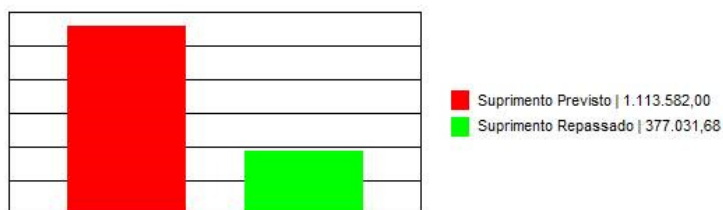
Locação Software	2.491,32	0,11%
Locação de Máquinas e Equipam.	1.110,00	0,05%
Limpeza Veículos	1.386,00	0,06%
Mat. Elétrico	3.219,89	0,14%
M.Obra Manut. Imóveis	28.610,15	1,24%
M.Obra Manut. Veículos	3.436,10	0,15%
Serv. De Transporte Escolar	94.308,00	4,09%
Telefone	1.514,71	0,07%
Energia Elétrica	26.810,92	1,16%
Água	18.573,91	0,81%
Serv. Seleção e Treinamento	1.760,00	0,08%
Seguros em geral	27.470,36	1,19%
Serviço Apoio ao Ensino (Cleusa)	23.751,50	1,03%
Serviços Apoio Administrativo	5.000,00	0,22%
Serviços Bancários	111,95	0,00%
Serviços de Tec. da Informação	2.829,70	0,12%
Outros Serviços e Despesas	15.359,78	0,67%
Obras e Instalações	695,90	0,03%
Equip. Mat. Permanente Div.	40.852,80	1,77%
<b>TOTAL</b>	<b>2.304.855,15</b>	<b>100,00%</b>

**ESPAÇO  
PARA  
DEBATE**

# REPASSES PARA CÂMARA DE VEREADORES



Demonstrativo dos Suprimentos da Câmara



O Orçamento Municipal contempla para o exercício repasses para a Câmara de Vereadores no montante equivalente a R\$ 1.113.582,00. Até o término do período analisado, o total de Suprimentos repassados registram a importância de 377.031,68.

De acordo com os dados apresentados na tabela, concluímos que o Duodécimo de Suprimentos previstos na Lei Orçamentária era de R\$. 92.798,50. Tendo em vista que o Suprimento Mensal Médio repassado no período foi de 94.257,92, podemos dizer que o repasse representa a cifra de 101,57% da média mensal prevista para o exercício.

COM BASE NA RECEITA TRIBUTÁRIA E DE TRANSF. CONSTITUCIONAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR, O EXECUTIVO **PODERIA** REPASSAR AO LEGISLATIVO A QUANTIA ANUAL DE ATÉ R\$ 1.172.900,36, COM UMA MÉDIA MENSAL DE R\$ 97.741,69. ART. 29A DA C.F., PORÉM, O ORÇAMENTO LIMITOU EM R\$ 1.113.582,00 ESSE REPASSE.



**DEMONSTRATIVO DO ARTIGO 29A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

RECEITA TRIBUTÁRIA E DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR - 2018

RECEITA	VALOR BRUTO	DEDUÇÕES	SALDO
RECEITA TRIBUTÁRIA + Dívida	2.036.198,10	84.253,61	1.951.944,49
FPM	7.425.871,11		7.425.871,11
ITR	4.892,01		4.892,01
ICMS - LC 87/96	18.573,30		18.573,30
ICMS	5.793.073,92		5.793.073,92
IPVA	942.776,41		942.776,41
IPÍ	89.093,58		89.093,58
COSIP	529.494,65		529.494,65
<b>TOTAL</b>	<b>16.839.973,08</b>	<b>84.253,61</b>	<b>16.755.719,47</b>
<b>7% da Receita Total</b>			<b>1.172.900,36</b>
<b>Duodécio</b>			<b>97.741,70</b>

**LIMITES DUODÉCIMO CÂMARA**

Situação REAL

Orçamento R\$	7% da Receita 2018
1.113.582,00	1.172.900,36



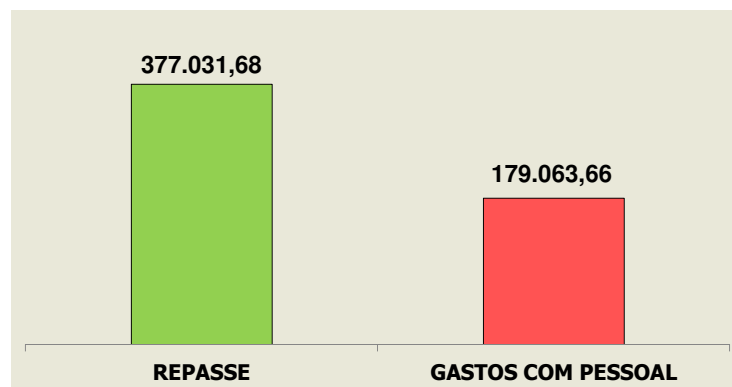
Nesse caso, o limite é o Orçamento Previsto, pois, mesmo havendo a possibilidade de o Executivo repassar R\$ 1.172.900,36, o orçamento limita a transferência em R\$ 1.113.582,00

Caso os 7% da Receita de 2018 fossem na ordem de R\$ 1.100.000,00, o Executivo deveria repassar só esse valor, embora o orçamento tivesse uma previsão maior, conforme exemplo abaixo.

Situação HIPOTÉTICA

Orçamento R\$	7% da Receita 2018
1.113.582,00	1.100.000,00





Art. 29-A. [...]

§ 1º A Câmara Municipal não gastará mais de 70% (setenta por cento) de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000).

Decisão do Tribunal de Contas do Estado nº 2978/2001, parecer 570/01.

Considerando os valores acima, notamos que o Legislativo gastou **47,49%** dos Recursos Recebidos com Pessoal e Encargos, CUMPRINDO o que determina a legislação, ficando **22,51%** ABAIXO do máximo permitido pela Constituição Federal.

**CÂMARA DE VEREADORES**  
**PRINCIPAIS DESPESAS - PERÍODO: JAN. A ABRIL/2019**

Item	Valor R\$	%
Pessoal	179.063,66	52,39%
Encargos INSS	37.603,32	11,00%
Indenizações Trabalhistas	3.134,81	0,92%
Transf. a Inst. Privadas	23.160,00	6,78%
Diárias	46.785,68	13,69%
Material de Expediente	415,38	0,12%
Mat. p/ Manut. Bens Imóveis	2.268,04	0,66%
Material de Sinalização Visual	216,00	0,06%
Gêneros de Alimentação	242,24	0,07%
Material Processamento Dados	460,00	0,13%
Material de Limpeza e Produção de Higienização	91,93	0,03%
Material Elétrico	141,78	0,04%
Passagens e Desp. Com Locomoção	5.479,92	1,60%
Manut. e Conserv. Bens Imóveis	1.372,00	0,40%
Manutenção Bens Móveis	1.449,00	0,42%
Locação de Software	20.943,84	6,13%
Energia Elétrica	1.641,35	0,48%
Água	260,00	0,08%
Telefone	368,96	0,11%
Seleção e Treinamento	4.400,00	1,29%
Obrigações Trib. E Contrib.	268,00	0,08%
Publicidade Legal	3.000,00	0,88%
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	370,58	0,11%
Serviços de Tecnologia da Informação	5.422,70	1,59%
Equipamento e Mat. Permanente	3.220,00	0,94%
<b>TOTAL</b>	<b>341.779,19</b>	<b>100,00%</b>

# ESPAÇO PARA DEBATE

## INVESTIMENTOS

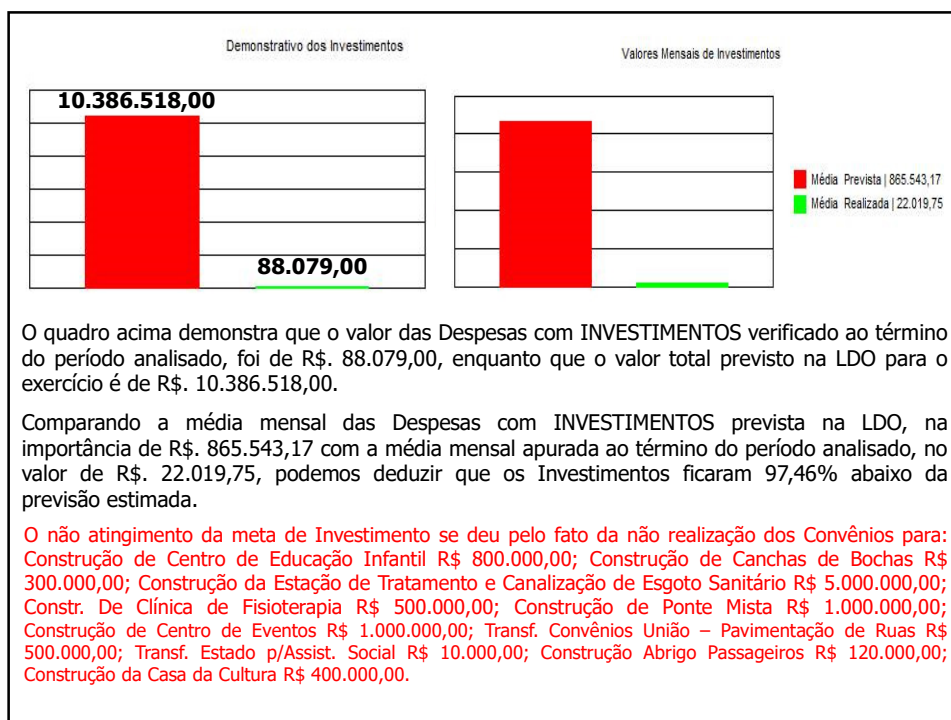
INVESTIMENTOS são despesas resultantes da execução de obras, aquisição de bens móveis e imóveis, sejam eles instalações ou equipamentos e material permanente. São recursos investidos que resultam no aumento do Patrimônio do Município

## CRONOGRAMA DE INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS				
	1º quad.	2º quad.	3º quad.	TOTAL
<b>Previstos</b>	381.500,00	387.000,00	9.618.518,00	<b>10.386.518,00</b>
<b>Realizados</b>	88.079,00	0,00	0,00	<b>88.079,00</b>

### Principais Investimentos Realizados:

DESPESAS DE CAPITAL: Nobreak e Ar Condicionado para a Câmara de Vereadores, Pavimentação com Concreto na Estrada Geral Serra Laurentino, Escada 02 degraus, Otoscópios, Centrífuga de Roupas, Purificador de Água, Ventiladores, Bebedouro, Forno Elétrico, Microondas, Fogão a Gás, Livros, Controle Eletrônico de Abertura para Portão CEI Ciranda dos Sonhos, TV, Drone, Sistema de Sonorização CEI Cirando dos Sonhos, Aparelhos de Ar Condicionados, Roçadeiras, Motosserra, Impressora, 04 Notebooks Educação, 01 Relógio Ponto, Impressora Multifuncional, 01 Microcomputador, 02 Armários de Aço, Balcão em MDF CEI Ciranda dos Sonhos, 02 Cadeira Giratória Sec. Educação e Escola Honorata, Aparelho Som Caminhão placas MLM 8463, Campanha de Alarme Escolha Honorata e 02 Conjuntos Bandeiras para os CEIs e Amortização da Dívida Fundada.



## RESUMO GERAL

DESCRIÇÃO	PREVISTO	REALIZADO	DIFERENÇA
RECEITA CORRENTE	6.776.544,19	7.028.723,45	252.179,26
RECEITA CAPITAL (Investimentos)	650.000,00	98.620,00	-551.380,00
DESPESA CORRENTE	6.428.364,00	6.751.838,87	323.474,87
DESPESA CAPITAL (Investimentos)	391.500,00	97.831,34	-293.668,66
RESULTADO PRIMÁRIO	44.300,00	356.455,94	312.155,94
RESULTADO NOMINAL	-390.903,95	1.051.706,62	1.442.610,57
RECEITA FINANCEIRA	45.700,00	11.612,45	-34.087,55
DESPESA FINANCEIRA	60.000,00	18.815,16	-41.184,84
TRANSF. FINANCEIRAS	1.377.694,00	1.295.227,41	-82.466,59
RENÚNCIA DE RECEITA	321.000,00	0,00	-321.000,00
INVESTIMENTOS	381.500,00	88.079,00	-293.421,00
GASTOS COM SAÚDE	15,49%	14,97%	-0,52%
GASTOS COM PESSOAL EXECUTIVO	53,01%	51,58%	-1,43%
GASTOS COM PESSOAL LEGISLATIVO	3,32%	3,14%	-0,18%
GASTOS COM EDUCAÇÃO	33,79%	38,73%	4,94%

**OBRIGADO PELA  
ATENÇÃO !!!**